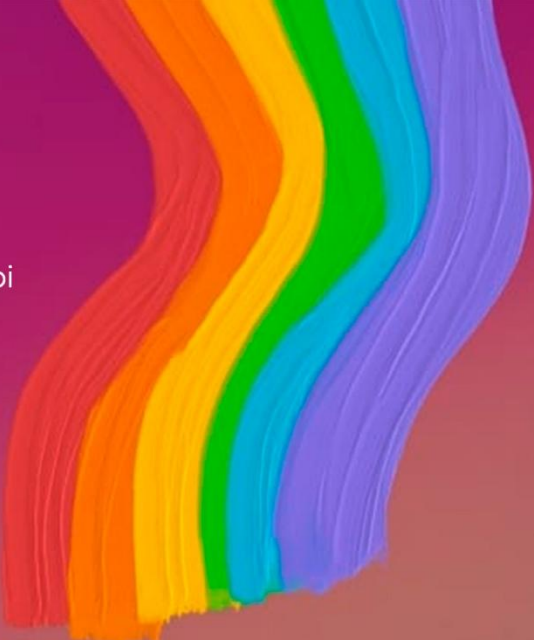


Paulo Henrique Filho
Marcella Suarez Di Santo
Cátia Candido da Silva
Tiago Fernando Hansel
Michelle Turra
José Antônio da Silva
Fernanda Eméri Mokfa Matitz Celuppi



**Além das expectativas:
desvendando a Diversidade de
Gênero e Sexualidade nas
Juventudes**

1º Edição




Curitiba
EDITORA REFLEXÃO ACADÊMICA
2023



Paulo Henrique Filho – Marcella Suarez Di Santo
Cátia Candido da Silva - Tiago Fernando Hansel - Michelle Turra
José Antônio da Silva - Fernanda Eméri Mokfa Matiz Celuppi

Organizadores



**Além das expectativas:
desvendando a diversidade
de gênero e sexualidade
nas juventudes**

1º Edição

**Curitiba
2023**

Copyright© Editora Reflexão Acadêmica
Copyright do Texto© 2023 Os Autores
Copyright da Edição© 2023 Editora Reflexão Acadêmica
Editora-Chefe: Profa. Msc. Barbara Bonfim
Diagramação: Sabrina Binotti Alves
Edição de Arte: Sabrina Binotti Alves
Revisão: Os autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos a autora, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Alasse Oliveira da Silva, Universidade Federal Rural Rural da Amazônia - UFRA

Prof. Msc. Mauro Sergio Pinheiro dos Santos de Souza, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Profª. Msc. Rebeqa Correia de Souza Cunha, Universidade Federal da Paraíba- UFPB

Prof. Msc. Andre Alves Sobreira, Universidade do Estado do Pará- UEPA

Profª. Drª. Clara Mariana Gonçalves Lima, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Profª. PhD Jalsi Tacon Arruda, Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA

Profª. Drª. Adriana Avanzi Marques Pinto, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- UNESP

Prof. Dr. Francisco Souto de Sousa Júnior, Universidade Federal Rural do Semi-Árido -UFERSA

Prof. Dr. Renan Gustavo Pacheco Soares, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE



Reflexão Acadêmica
editora

Ano 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Além das expectativas: desvendando a diversidade de gênero e sexualidade nas juventudes [livro eletrônico] / organização Paulo Henrique Filho... [et al.]. -- 1. ed. -- Curitiba, PR: Editora Reflexão Acadêmica, 2023. PDF.

Vários autores.

Outros organizadores: Marcella Suarez Di Santo, Cátia Candido da Silva, Tiago Fernando Hansel, Michelle Turra, José Antônio da Silva, Fernanda Eméri Mokfa Matitz Celuppi.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-84610-40-8

DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000589

1. Diversidade sexual 2. Gênero e sexualidade 3. Jovens - Comportamento sexual 4. Pesquisa científica 5. Políticas públicas – Brasil 6. Sociologia I. Henrique Filho, Paulo. II. Di Santo, Marcella Suarez. III. Silva, Cátia Candido da. IV. Hensel, Tiago Fernando. V. Turra, Michelle. VI. Silva, José Antônio da. VII. Celuppi, Fernanda Eméri Mokfa Matitz.

23-167018

CDD-304.62

Índices para catálogo sistemático:

1. Gênero e sexualidade: Aspectos sociais: Sociologia 304.62
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Editora Reflexão Acadêmica
Curitiba – Paraná – Brasil
contato@reflexaoacademica.com.br



Reflexão Acadêmica
editora

Ano 2023



LOVE

Organizadores

Paulo Henrique Filho - é mestrando em Educação pela Universidade Federal de Catalão. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Catalão. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo Centro de Ensino Superior do Brasil. Especialista em Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da Educação Inclusiva pela Universidade Federal de Catalão. Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Instituto Federal Goiano - Campus Avançado de Ipameri. Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade de tecnologia e ciência do Alto Paranaíba. Contato: paulofilho7589@gmail.com

Marcella Suarez Di Santo - é Doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar pela Universidade de Brasília - UnB, Mestre em Educação (Unirio) e Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG Valparaíso. Contato: msdisanto@gmail.com.

Cátia Candido da Silva - é Doutoranda em Psicologia do desenvolvimento humano e Escolar pela Universidade de Brasília. Mestre em Processos de desenvolvimento humano e saúde. Psicopedagoga, pedagoga pela Universidade de Brasília. Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal Contato: catiacandido77@yahoo.com.br

Tiago Fernando Hansel - é Pós-doutorando em administração pela Universidade Federal do Paraná. Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável. Mestre em Ciência Sociais. MBA em marketing: comunicação, propaganda e vendas. Especialista em psicopedagogia clínica e institucional. Especialista em gestão pública. Graduado em administração. Graduado em matemática. Graduado em pedagógica. Graduado em ciências contábeis. Graduado em sociologia. Contato: tiagohansel@hotmail.com

Michelle Turra - Mestre pela UFSM. Possui graduação em Pedagogia (Licenciatura); em Letras Licenciatura Português e Literatura de Língua Portuguesa; em Letras Licenciatura Inglês e Literatura de Língua Inglesa; Especialização em Gestão Educacional; em

Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa, Literatura e Língua Inglesa; Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica, Educação Especial e Inclusiva; Especialização em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar; em Educação Profissional e Tecnologia; em Educação de Jovens e Adultos e Psicopedagogia Institucional e Clínica. Tem experiência como Professora e Coordenadora Pedagógica na Educação Infantil, nos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental. Atualmente faz parte do setor pedagógico na Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria, nomeada pelo Concurso Público Municipal. Contato: michelle.turra@prof.santamaria.rs.gov.br

José Antônio da Silva - é Bacharel em Teologia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora - UniAcademia. Licenciado em Sociologia pela Faculdade Paulista São José. Licenciado em Filosofia pela Faculdade Católica de Anápolis. Licenciado em História e Pedagogia pela Unifaveni. Mestre em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e Revalidado pela UCP- Universidade Católica de Petrópolis. Doutor em Ciências da Educação, pela Florida University - USA. Doutorando em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Católica de Buenos Aires. Atualmente é Integrante do Conselho Diretor da FUSVE - Fundação Educacional Severino Sombra, Mantenedora da Universidade de Vassouras. Foi Coordenador do Curso de Teologia, Diretor de Ensino de Graduação e Reitor da mesma Instituição. Docente da Universidade Santa Úrsula. Contato: janthonus@uol.com.br

Fernanda Eméri Mokfa Matitz Celuppi - é licenciada em teatro. Graduada em Pedagogia pela Universidade Tuiuti do Paraná. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Tocantins. Servidora Pública na Prefeitura Municipal de Curitiba. Pós-graduada em Educação Infantil-Universidade Castelo Branco. Mestre em Teorias Literárias - Uniandrade. E atualmente, Doutoranda em Teorias Literárias – Uniandrade. Contato: fernanda@tecel.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muito respeito às pesquisas e aos movimentos sociais reivindicatórios dos direitos humanos e os direitos de ser e ter acesso às políticas públicas nos mais variados setores, que entregamos ao leitor e à leitora o livro ***Para além das expectativas: desvendando a diversidade de gênero e sexualidade nas juventudes*** com objetivo de dar destaque aos elementos que perpassam as relações de gênero e sexualidade, assim como destacar a necessidade de se produzir, em constante diálogo com a juventude e os inúmeros espaços e movimentos que a constitui, reflexões acerca dos debates contemporâneos que envolve adolescentes e jovens nas abordagens de orientação sexual, gênero e sexualidade como um todo. Este livro, escrito a muitas mãos, traz em cada capítulo um pouco de aspectos constitutivos do debate que esperamos que chegue a diferentes públicos, como gestores, docentes, estudantes e todo trabalhador e trabalhadora que já foi jovem e/ou tem um jovem em casa, na família, de forma que possamos difundir as diferentes problemáticas da juventude acerca dos temas apresentados. Para compreender sua orientação e possibilitar ao leitor e à leitora um direcionamento, apresentamos de forma resumida o que cada capítulo abordou e desejamos uma leitura leve, fluida e cheia de novas reflexões em busca de uma sociedade mais justa e igualitária para todas, todos e todes.

O *Capítulo 1. Relações de gênero, sexualidade e juventude na sociedade contemporânea* aborda a relevância crescente das relações de gênero, sexualidade e juventude na sociedade atual tratando das mudanças na compreensão e discussão dessas questões, impulsionadas por movimentos sociais, avanços legislativos e transformações culturais na contemporaneidade. O conceito de juventude é complexo e plural, influenciado por contextos históricos, sociais e culturais diversos, o que leva a diferentes modos de ser jovem. A discussão se concentra nas vivências das juventudes brasileiras em relação ao gênero e à sexualidade, destacando a evolução das concepções tradicionais de masculino e feminino para uma visão mais inclusiva de identidades de gênero. Da mesma forma, a compreensão da sexualidade também se expandiu para abranger uma diversidade de orientações sexuais além da heterossexualidade. Por fim, o capítulo traz o potencial de resistência e empoderamento dos jovens, que se engajam em movimentos e coletivos. Para promover a igualdade, na perspectiva de uma educação inclusiva e do combate à discriminação.

O *Capítulo 2. A participação do contexto sociocultural na construção da identidade de gênero dos jovens* trata da complexidade das questões relacionadas à identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual. Muitas vezes, essas questões são tratadas de forma superficial ou discriminatória, perpetuando preconceitos e violência. O discurso conservador pode dificultar o diálogo sobre diversidade humana e sexual, impactando negativamente a saúde mental e bem-estar dos jovens LGBTQIAPN+. A violência contra essa população é alarmante, mas avanços legais têm sido conquistados. Portanto, as autoras abordam a necessidade de implementação de políticas antidiscriminatórias e educacionais inclusivas é essencial para garantir ambientes seguros. A educação e a conscientização são fundamentais para enfrentar desafios e garantir uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. A pesquisa empírica sinaliza os desafios enfrentados pela juventude, como discriminação e falta de apoio,

mas também destaca exemplos de resiliência e espaços de apoio. A sexualidade e identidade de gênero são apresentadas como parte da subjetividade humana, e silenciar esses temas prejudica o desenvolvimento e a experiência dos indivíduos. O capítulo ainda propõe que a educação seja transformadora, com ambientes escolares acolhedores e diálogos abertos à diversidade sexual e identidade de gênero, além de sugerir o investimento em pesquisas e políticas públicas que valorizem a diversidade e combatam a discriminação.

O *Capítulo 3. Sexualidade e orientação sexual de jovens: o reconhecimento e o direito à diferença* destaca a importância da sexualidade como uma dimensão essencial da experiência humana, influenciada por normas culturais, religiosas e sociais. Dessa forma, as autoras reconhecem a diversidade de orientações sexuais, incluindo heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade e pansexualidade, e ressaltam que a orientação sexual é uma parte fundamental da identidade de cada indivíduo. Na juventude, a descoberta da identidade e orientação sexual é explorada em diferentes espaços e tempos. No entanto, muitos jovens enfrentam desafios devido ao estigma e à discriminação da sociedade em relação às diferentes orientações sexuais. O capítulo discute a importância de promover um ambiente seguro e acolhedor, onde os jovens possam ser respeitados e apoiados em sua jornada de autodescoberta, e destaca a necessidade de uma educação sexual inclusiva e respeitosa para promover a compreensão e aceitação da diversidade sexual. Também são apresentadas estratégias para promover uma educação sexual inclusiva, sendo fundamental realizar uma formação adequada para os profissionais da educação, incluindo informações atualizadas e reflexões sobre preconceitos e estereótipos. E destaca a inclusão da diversidade sexual nos currículos escolares, promovendo o diálogo aberto e o debate saudável em sala de aula, além de parcerias com organizações da sociedade civil e a inclusão da perspectiva de gênero e diversidade, o respeito à confidencialidade e privacidade dos alunos, bem como promoção da participação dos pais e responsáveis no processo educacional.

O *Capítulo 4. Desafios e discriminação: o mito da neutralidade científica e a invisibilização de produção de conhecimento sobre a população dissidente* trata da resistência encontrada em discussões científicas sobre a população LGBTQIAPN+ devido a preconceitos e estereótipos, que tendem a deslegitimar essas produções de conhecimento. Questiona-se a existência de neutralidade científica e destaca como o sujeito influencia a ciência, podendo invalidar outras formas de viver e estar no mundo. Aponta-se a necessidade de uma visão mais ampla e interseccional da sociedade para combater o preconceito e a discriminação. Ressalta-se que as identidades dissidentes são marginalizadas e excluídas, e a ciência não é neutra, mas influenciada por paradigmas e visões políticas. Passando pelo mito da neutralidade científica, as autoras denunciam os prejuízos em relação à legitimidade e visibilidade de pesquisas sobre temas LGBTQIAPN+, de gênero e étnico-raciais. Reconhecer a diversidade e criticar modelos tradicionais de produção científica torna a pesquisa mais relevante e responsável, indicando a responsabilidade social de promover uma ciência inclusiva e engajada por parte de pesquisadores. O texto também lista pesquisadores brasileiros e estrangeiros relevantes para esses assuntos.

O *Capítulo 5. Saúde sexual e reprodutiva: abordagem dos temas relacionados à saúde sexual e reprodutiva dos jovens, incluindo prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, contracepção e direitos reprodutivos* traz

uma discussão sobre mudanças significativas no desenvolvimento físico, emocional e social de jovens, tornando a sexualidade e a reprodução questões relevantes. Refletir sobre a saúde sexual e reprodutiva dos jovens é essencial e envolve educação sexual, acesso aos serviços de saúde e prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs. O investimento nessa área pode reduzir gravidez indesejada na adolescência, transmissão de DSTs e abortos clandestinos e, como consequência, minimizar os riscos à saúde de jovens. O objetivo do estudo foi analisar a abordagem desses temas, estratégias e desafios para promover a saúde sexual e reprodutiva dos jovens, com recomendações para melhorias nas políticas e práticas. A metodologia incluiu uma revisão de literatura utilizando bases científicas e a teoria da Psicologia Histórico-Cultural para interpretar as informações. Foram identificadas e apresentadas as lacunas como a falta de informações entre adolescentes e a necessidade de formação docente sobre o tema, além da discussão sobre a responsabilidade desigual na prevenção, ainda recaindo sobre a figura feminina devido à sociedade patriarcal. O texto destacou a vulnerabilidade da população LGBTQIAPN+, buscou divulgar as ações do Ministério da Saúde para enfrentar esses desafios e enfatizou que a educação sexual e reprodutiva é um direito humano que deve ser acessível a todos, independentemente de raça, religião, gênero, idade ou condições sociais. A construção de uma sociedade igualitária passa pelo direito à educação.

Por último, o livro finaliza com o *Capítulo 6. Ativismo juvenil: exemplos inspiradores de jovens ativistas que lutam pelos direitos e inclusão das diversas identidades de gênero e orientações sexuais*, que busca contribuir para a compreensão da importância do ativismo juvenil na luta pelos direitos e inclusão das diversas identidades de gênero e orientações sexuais. Através da análise de casos e reflexões sobre suas ações, espera-se incentivar e apoiar o envolvimento de mais jovens nessa causa, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva para todos.

Agradecemos às possibilidades de parcerias que as redes nos permitem hoje podendo unir pessoas de diferentes contextos e espaços educacionais na produção da obra coletiva, além de agradecer a todas as instituições, universidades e secretarias de educação das autoras e autores que apoiam suas pesquisas em desenvolvimento.

Desejamos uma boa jornada e até breve!

Marcella Suarez Di Santo

Professora do Instituto Federal de Goiás (IFG) e
doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento e escolar
da Universidade de Brasília (PGPDE/UnB)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01	1
RELAÇÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE E JUVENTUDE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000590	
CAPÍTULO 02	13
A PARTICIPAÇÃO DO CONTEXTO SOCIOCULTURAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO DOS JOVENS	
DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000591	
CAPÍTULO 03	38
SEXUALIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL DE JOVENS: O RECONHECIMENTO E O DIREITO À DIFERENÇA	
DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000592	
CAPÍTULO 04	53
DESAFIOS E DISCRIMINAÇÃO: O MITO DA NEUTRALIDADE CIENTÍFICA E A INVISIBILIZAÇÃO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A POPULAÇÃO DISSIDENTE	
DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000593	
CAPÍTULO 05	66
SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA: ABORDAGEM DOS TEMAS RELACIONADOS À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DOS JOVENS, INCLUINDO PREVENÇÃO DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS, CONTRACEPÇÃO E DIREITOS REPRODUTIVOS	
DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000594	
CAPÍTULO 06	86
ATIVISMO JUVENIL: EXEMPLOS INSPIRADORES DE JOVENS ATIVISTAS QUE LUTAM PELOS DIREITOS E INCLUSÃO DAS DIVERSAS IDENTIDADES DE GÊNERO E ORIENTAÇÕES SEXUAIS	
DOI: doi.org/10.51497/reflex.0000595	

CAPÍTULO 01

RELAÇÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE E JUVENTUDES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Paulo Henrique Filho

<https://orcid.org/0000-0002-9702-4505>

Juliana Carrijo Naves Fernandes

<https://orcid.org/0000-0002-3572-1073>

1. INTRODUÇÃO

As questões de gênero, sexualidade e juventudes têm se tornado cada vez mais relevantes na sociedade contemporânea. Ao longo das últimas décadas, temos testemunhado mudanças significativas nas concepções e discussões em torno desses temas. Movimentos sociais, avanços legislativos e transformações culturais têm impulsionado a visibilidade e a conscientização sobre a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais.

A compreensão do conceito de gênero expandiu-se para além das noções tradicionais binárias de masculino e feminino, reconhecendo uma ampla gama de identidades que podem ser vivenciadas por diferentes indivíduos. Da mesma forma, a compreensão da sexualidade também evoluiu, destacando a existência de uma diversidade de orientações sexuais além da heterossexualidade. Essas mudanças têm sido fundamentais para a promoção de uma sociedade mais inclusiva, na qual todas as pessoas tenham o direito de se expressar e viver suas identidades de forma plena e autêntica.

Particularmente, as vivências e as questões relacionadas ao gênero, à sexualidade e à juventude são especialmente relevantes, uma vez que a adolescência e a juventude são períodos de descoberta, formação da identidade e exploração da sexualidade. Nesse contexto, é fundamental compreender como os jovens lidam com as expectativas sociais, as pressões normativas e as experiências de discriminação em relação ao seu gênero e orientação sexual.

Este texto como objetivo explorar as diferentes dimensões dessas questões e examinar os desafios enfrentados pelos jovens na sociedade

contemporânea. Serão abordados aspectos teóricos e empíricos, fornecendo uma visão abrangente das questões de gênero, sexualidade e juventudes. Além disso, serão discutidos os impactos da discriminação e da violência, bem como as possibilidades de empoderamento e transformação para as novas gerações.

Ao analisar essas questões, busca-se não apenas compreender as experiências e os desafios individuais enfrentados pelos jovens, mas também contribuir para a criação de um ambiente mais inclusivo e acolhedor. Reconhecer e valorizar a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais é essencial para promover a igualdade, a justiça e o respeito mútuo.

No decorrer deste capítulo, serão explorados estudos e pesquisas recentes, a fim de fornecer uma visão abrangente e atualizada das questões de gênero, sexualidade e juventudes. Serão discutidos os principais debates e perspectivas teóricas, bem como exemplos concretos de experiências vivenciadas por jovens em diferentes contextos sociais e culturais.

Em última análise, espera-se que este texto contribua para uma compreensão mais aprofundada das questões de gênero, sexualidade e juventudes na sociedade contemporânea. Ao promover o diálogo e a reflexão, pretende-se incentivar ações e políticas que visem à promoção da igualdade, da inclusão e do respeito pelos diversos aspectos das identidades de gênero, orientações sexuais e vivências juvenis.

1.1 DESENVOLVIMENTO

Gênero e sexualidade são construções sociais complexas que desempenham um papel fundamental na formação da identidade e na vivência dos indivíduos. Nesta seção, serão apresentadas as definições conceituais desses termos, visando compreender como eles influenciam a experiência dos jovens.

Identidade de gênero refere-se à percepção subjetiva e interna de uma pessoa sobre o seu próprio gênero. Enquanto o sexo biológico é atribuído no nascimento com base em características físicas, como genitália, a identidade de gênero é uma construção individual e pode não corresponder ao sexo designado. Tradicionalmente, a sociedade reconhecia apenas dois gêneros, masculino e feminino, mas atualmente reconhecemos uma diversidade de identidades de

gênero, incluindo não-binário, agênero, gênero fluido, entre outros. É importante destacar que a identidade de gênero de uma pessoa não está necessariamente vinculada ao seu sexo biológico, e todas as identidades de gênero devem ser respeitadas e valorizadas.

A orientação sexual refere-se à atração emocional, romântica e/ou sexual que uma pessoa sente por outras pessoas. Ela não está relacionada ao gênero, mas sim às preferências e atrações individuais. A orientação sexual é diversa e pode incluir atração por pessoas do mesmo sexo (homossexualidade), pessoas do sexo oposto (heterossexualidade) ou pessoas de mais de um gênero (bissexualidade, pansexualidade). Também é importante destacar que a orientação sexual é uma parte intrínseca da identidade de uma pessoa e não deve ser alvo de discriminação ou preconceito.

A expressão da sexualidade refere-se à forma como as pessoas vivem, exploram e se expressam em relação à sua sexualidade. Ela abrange uma ampla gama de comportamentos, preferências e práticas sexuais, bem como as atitudes e valores em relação à sexualidade. A expressão da sexualidade é moldada por fatores individuais, culturais, sociais e religiosos, e pode variar amplamente entre as pessoas.

Ao explorar as questões de gênero, sexualidade e juventudes, é essencial reconhecer e respeitar a diversidade de identidades de gênero, orientações sexuais e formas de expressão da sexualidade. Cada indivíduo possui uma experiência única e pessoal, e é fundamental promover um ambiente inclusivo e acolhedor que valorize e respeite essa diversidade.

Nas últimas décadas, temos observado mudanças significativas nas concepções e representações de gênero e sexualidade na sociedade. Essas transformações têm impactado diretamente as vivências dos jovens e os desafios que eles enfrentam na construção de suas identidades.

Uma das mudanças sociais mais significativas é a maior visibilidade e aceitação das diversas identidades de gênero. Antes restrito a uma visão binária de masculino e feminino, atualmente reconhecemos uma ampla gama de identidades de gênero, incluindo aquelas que não se encaixam nas categorias tradicionais. Essa maior diversidade de identidades de gênero proporciona aos jovens a oportunidade de explorar e expressar sua verdadeira identidade, mas

também pode levar a desafios, pois nem sempre essas identidades são compreendidas ou aceitas pela sociedade em geral.

Além disso, as normas de gênero e os estereótipos associados a masculinidade e feminilidade ainda estão presentes na sociedade. Os jovens podem enfrentar pressões para se encaixarem em expectativas rígidas de comportamento, aparência e papéis de gênero. Por exemplo, as meninas são frequentemente incentivadas a serem delicadas, passivas e submissas, enquanto os meninos são pressionados a serem fortes, dominantes e emocionalmente reprimidos. Essas normas de gênero podem limitar a liberdade dos jovens para explorarem e expressarem sua identidade de gênero de forma autêntica.

A sexualidade dos jovens também é influenciada por normas e pressões sociais. A heteronormatividade, que pressupõe que a heterossexualidade é a única orientação sexual válida, ainda é prevalente em muitas sociedades. Isso pode levar os jovens que não se encaixam nessa norma a enfrentarem estigmatização, discriminação e falta de apoio. A descoberta e a aceitação da própria orientação sexual podem ser processos desafiadores para os jovens, especialmente em ambientes hostis ou desinformados.

É importante destacar que esses desafios não afetam todos os jovens da mesma forma. A interseccionalidade das identidades de gênero, sexualidade e outras características, como raça, classe social e deficiência, pode agravar ou ampliar as dificuldades enfrentadas pelos jovens. Jovens que pertencem a grupos marginalizados podem enfrentar múltiplas formas de opressão e discriminação, aumentando a complexidade de suas vivências.

Para enfrentar esses desafios, é fundamental promover a conscientização, a educação e a inclusão. É necessário desafiar os estereótipos de gênero, desconstruir as normas sociais e proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para que os jovens possam explorar sua identidade de gênero e sexualidade de maneira autêntica. A educação inclusiva, que aborda a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais, é crucial para promover a compreensão e a aceitação. Além disso, é importante que sejam criados espaços de apoio e diálogo, nos quais os jovens possam compartilhar suas experiências, obter suporte e se conectar com outros que enfrentam desafios semelhantes.

Ao enfrentar esses desafios e promover mudanças sociais, estamos caminhando em direção a uma sociedade mais inclusiva, equitativa e respeitosa, na qual os jovens possam viver plenamente suas identidades de gênero e orientações sexuais, sem medo de discriminação ou preconceito.

A discriminação e a violência baseadas no gênero e na sexualidade ainda são uma realidade enfrentada por muitos jovens na sociedade contemporânea. O *bullying*, a homofobia, a transfobia e outras formas de discriminação têm consequências significativas para a saúde mental e o bem-estar emocional desses jovens.

O *bullying*, que pode ocorrer tanto de forma física quanto verbal ou online, tem um impacto devastador na vida dos jovens. Jovens que não se encaixam nas normas de gênero ou orientação sexual dominantes estão particularmente em risco de serem alvos de *bullying*. Eles enfrentam insultos, zombarias, intimidação e exclusão social, o que pode levar a consequências emocionais graves, como ansiedade, depressão, baixa autoestima e até mesmo ideação suicida. O constante medo e a preocupação com a violência e o julgamento podem afetar negativamente a saúde mental desses jovens, comprometendo seu desenvolvimento pessoal e social.

Além do *bullying*, a homofobia, a transfobia e outras formas de discriminação são igualmente prejudiciais. Jovens que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros ou de outras orientações e identidades não conformes podem enfrentar preconceito, exclusão, rejeição familiar e social, agressões verbais e até mesmo agressões físicas. A discriminação sistêmica e estrutural pode limitar suas oportunidades de educação, emprego e participação plena na sociedade. Essas experiências negativas podem causar danos profundos à saúde mental e emocional dos jovens, levando a altos níveis de estresse, ansiedade, depressão e aumento do risco de comportamentos autodestrutivos.

É importante destacar que a discriminação e a violência afetam de forma desproporcional jovens que pertencem a grupos marginalizados, como pessoas negras, indígenas, com deficiência, de baixa renda, imigrantes, entre outros. A interseccionalidade dessas identidades cria camadas adicionais de opressão e aumenta o impacto prejudicial dessas experiências.

Para combater a discriminação e a violência, são necessárias ações em vários níveis. Políticas e leis antidiscriminação devem ser implementadas e fortalecidas para proteger os direitos e a segurança dos jovens. É fundamental investir em educação inclusiva, que promova o respeito, a compreensão e a aceitação da diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. Além disso, é necessário criar espaços seguros e acolhedores nas escolas, nas comunidades e na mídia, onde os jovens possam expressar sua identidade de forma livre e autêntica, sem medo de discriminação ou violência.

É crucial que os jovens tenham acesso a serviços de apoio e acompanhamento psicológico, que possam ajudá-los a lidar com as consequências emocionais da discriminação e da violência. Organizações e grupos de apoio também desempenham um papel importante na criação de redes de suporte e empoderamento para os jovens, proporcionando um espaço seguro para compartilhar experiências, obter apoio e se conectar com outros que enfrentam desafios semelhantes.

Promover a igualdade, a justiça e a inclusão é um trabalho contínuo que exige esforços de toda a sociedade. Somente através de uma abordagem coletiva e comprometida poderemos criar um ambiente em que todos os jovens possam viver plenamente, sem medo de discriminação ou violência, e tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

As instituições sociais desempenham um papel crucial na formação das identidades de gênero e sexualidade dos jovens. A família, a escola e a mídia são algumas das principais instituições que influenciam as percepções, as crenças e os comportamentos dos jovens em relação a essas questões. Analisar o papel dessas instituições é fundamental para compreender os desafios e as possibilidades de transformação na construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.

A família desempenha um papel central na socialização dos jovens e na transmissão de valores, crenças e normas de gênero e sexualidade. No entanto, as famílias podem variar em termos de aceitação e apoio às identidades de gênero e orientações sexuais diversas. Algumas famílias podem ser abertas e acolhedoras, apoiando seus filhos na exploração e expressão de sua identidade de gênero e sexualidade. Por outro lado, algumas famílias podem ser mais conservadoras e repressivas, impondo normas rígidas e estigmatizando

identidades não conformes. Portanto, é essencial promover o diálogo e a conscientização nas famílias, fornecendo recursos e informações para que possam compreender e apoiar adequadamente seus filhos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

A escola é outro ambiente importante na vida dos jovens, onde eles passam grande parte de seu tempo e interagem com seus pares e educadores. A escola desempenha um papel significativo na formação das identidades de gênero e sexualidade, mas também pode ser um espaço onde ocorrem estigmatização e discriminação. É fundamental que as escolas adotem uma abordagem inclusiva e livre de preconceitos, promovendo um ambiente seguro e acolhedor para todos os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Isso pode ser alcançado por meio da implementação de políticas antidiscriminatórias, treinamento dos educadores, inclusão de conteúdos curriculares que abordem a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais, e a criação de espaços de apoio e diálogo para os estudantes.

A mídia desempenha um papel poderoso na construção de representações e narrativas em torno do gênero e da sexualidade. Através da televisão, filmes, música, internet e outras formas de mídia, são transmitidos estereótipos, normas sociais e ideias preconceituosas. No entanto, a mídia também pode ser uma ferramenta de transformação e educação, proporcionando visibilidade e representações positivas de diversas identidades de gênero e orientações sexuais. É importante que a mídia seja mais inclusiva, diversa e sensível às questões de gênero e sexualidade, evitando a perpetuação de estereótipos e promovendo narrativas que reflitam a realidade e a diversidade das experiências dos jovens.

Para promover a transformação dessas instituições sociais, é fundamental investir na educação inclusiva. A educação desempenha um papel fundamental na promoção da conscientização, da compreensão e do respeito pela diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. Isso pode ser alcançado por meio da inclusão de conteúdos curriculares que abordem essas questões de forma adequada e sensível, além de capacitar os educadores para lidar com essas temáticas em sala de aula. O fortalecimento das políticas

antidiscriminatórias também é essencial para garantir a proteção e a segurança dos jovens em todos os espaços institucionais.

Em suma, as instituições sociais desempenham um papel significativo na formação das identidades de gênero e sexualidade dos jovens. Reconhecer os desafios enfrentados por essas instituições e buscar transformações positivas é fundamental para construir uma sociedade mais inclusiva, que respeite e valorize a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. Isso requer esforços colaborativos e contínuos de famílias, escolas, mídia e sociedade em geral, com base na educação, no diálogo e no combate à discriminação.

Diante dos desafios e discriminações enfrentados pelos jovens em relação às questões de gênero e sexualidade, é importante destacar o potencial de empoderamento e resistência que esses jovens têm demonstrado. Eles têm se levantado, se organizado e se engajado em movimentos sociais, coletivos e organizações que promovem a visibilidade e o apoio às diversidades, mostrando um protagonismo juvenil na luta por igualdade e justiça social.

Um exemplo notável desse empoderamento e resistência é a ascensão de movimentos como o feminismo, o movimento LGBTQ+ e outros movimentos de defesa dos direitos humanos. Esses movimentos têm promovido a conscientização, a mobilização e a luta contra a discriminação, a violência e a marginalização com base no gênero e na sexualidade. Os jovens têm se unido a esses movimentos, trazendo suas vozes, suas perspectivas e suas experiências para o centro das discussões, e reivindicando mudanças sociais significativas.

Além dos movimentos sociais, os jovens têm se organizado em coletivos e grupos de apoio, criando espaços seguros e acolhedores para compartilhar experiências, obter suporte e promover ações de resistência. Esses coletivos fornecem um ambiente de apoio emocional, fortalecimento e capacitação, permitindo que os jovens se expressem livremente, construam redes de solidariedade e adquiram habilidades para lidar com as adversidades que enfrentam.

Outro aspecto importante é o uso das redes sociais e da internet como ferramentas de empoderamento e resistência. Os jovens têm aproveitado esses espaços virtuais para criar comunidades online, compartilhar informações,

denunciar casos de discriminação e construir uma plataforma de apoio mútuo. As redes sociais têm sido utilizadas como plataformas de ativismo e conscientização, permitindo que as vozes dos jovens sejam amplificadas e alcancem um público mais amplo.

Além disso, diversas organizações e iniciativas têm surgido para apoiar os jovens na luta por igualdade e justiça social. Essas organizações oferecem recursos, serviços de apoio, orientação jurídica, capacitação e oportunidades de engajamento cívico. Elas trabalham para combater a discriminação, promover a inclusão e garantir que os direitos dos jovens sejam respeitados.

O protagonismo juvenil nesses movimentos, coletivos e organizações é essencial para impulsionar mudanças sociais significativas. Os jovens têm trazido perspectivas inovadoras, questionado normas e estereótipos tradicionais e reivindicado espaços de poder e participação nas decisões que afetam suas vidas. Sua voz e sua ação têm contribuído para uma maior visibilidade, aceitação e respeito às diversas identidades de gênero e orientações sexuais.

No entanto, é importante reconhecer que o empoderamento e a resistência dos jovens enfrentam desafios. Ainda há resistências e retrocessos por parte de setores conservadores e preconceituosos da sociedade. A violência e a discriminação persistem, e é fundamental continuar fortalecendo os espaços de apoio, investindo em educação inclusiva, ampliando as políticas antidiscriminatórias e promovendo uma cultura de respeito e valorização da diversidade.

O potencial de empoderamento e resistência dos jovens diante das questões de gênero e sexualidade é notável. Eles têm se organizado, se mobilizado e se engajado em movimentos sociais, coletivos e organizações que promovem a igualdade e a justiça social. O protagonismo juvenil na luta por direitos, visibilidade e respeito às diversidades é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

2.2 CONSIDERAÇÕES

Ao longo deste capítulo, exploramos as questões de gênero, sexualidade e juventudes na sociedade contemporânea. Analisamos as definições conceituais desses termos, compreendendo como eles afetam a

identidade e a vivência dos jovens. Discutimos as mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas e os desafios enfrentados pelos jovens na construção de suas identidades, considerando os estereótipos, as pressões sociais e as normas de gênero vigentes.

Abordamos também os impactos da discriminação e da violência de gênero e sexualidade na vida dos jovens, destacando casos de bullying, homofobia, transfobia e outros tipos de discriminação. Reconhecemos as consequências negativas dessas experiências para a saúde mental e o bem-estar emocional dos jovens.

Além disso, discutimos o papel das instituições sociais, como a família, a escola e a mídia, na formação das identidades de gênero e sexualidade dos jovens. Identificamos os desafios e as possibilidades de transformação dessas instituições, ressaltando a importância de uma educação inclusiva e do combate à discriminação.

Destacamos também o potencial de empoderamento e resistência dos jovens diante das questões de gênero e sexualidade. Reconhecemos o protagonismo juvenil na luta por igualdade e justiça social, por meio de movimentos sociais, coletivos e organizações que promovem a visibilidade e o apoio às diversidades.

Por fim, é fundamental ressaltar que as questões abordadas neste capítulo são complexas e requerem abordagens sensíveis e inclusivas. Promover uma educação e um ambiente social que valorizem a diversidade e o respeito às diferenças é essencial para criar uma sociedade mais justa e igualitária.

Para avançarmos nessa direção, é necessário o engajamento de todos os setores da sociedade, incluindo famílias, escolas, mídia e instituições governamentais. O diálogo, a conscientização e a busca por políticas e práticas inclusivas são fundamentais para promover a igualdade de gênero, o respeito à diversidade sexual e o bem-estar das juventudes.

É fundamental que continuemos a aprofundar nosso conhecimento sobre essas questões, incentivando a pesquisa acadêmica, a formação de profissionais capacitados e o compartilhamento de informações e experiências. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa, inclusiva e

acolhedora para todos os jovens, independentemente de sua identidade de gênero, orientação sexual ou qualquer outra característica individual.

Embora muitos avanços tenham sido alcançados, ainda há desafios significativos a serem enfrentados. A discriminação e a violência continuam sendo obstáculos para a plena aceitação e inclusão dos jovens de diferentes identidades de gênero e orientações sexuais. Nesse sentido, é fundamental o fortalecimento de políticas públicas que garantam direitos e proteção, bem como o engajamento de toda a sociedade na desconstrução de estereótipos e preconceitos.

Além disso, é importante reconhecer o potencial de empoderamento e resistência dos jovens. Movimentos sociais e iniciativas lideradas por jovens têm desempenhado um papel fundamental na promoção da igualdade de gênero e no combate à discriminação sexual. O estabelecimento de espaços seguros e inclusivos, nos quais os jovens possam se expressar livremente e se sentir apoiados, é essencial para o seu desenvolvimento saudável e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Em conclusão, explorar as questões de gênero, sexualidade e juventudes na sociedade contemporânea é um passo fundamental para a compreensão dos desafios e das oportunidades enfrentados pelos jovens. O diálogo aberto, o respeito às diferenças e o reconhecimento da importância da diversidade são elementos-chave para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. É responsabilidade de todos promover ações e políticas que garantam o pleno exercício dos direitos e o bem-estar de todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

REFERÊNCIAS

- Cardoso, F. L. Os sujeitos do desejo: transexualidades masculinas e negociações identitárias. Editora UFRJ. (2010).
- Carrara, S., & Santos, A. C. (Orgs.). Gênero e sexualidades no Nordeste brasileiro: desafios e perspectivas. EDUFBA (2017).
- Carrara, S., & Simões, J. (Orgs.). Diversidade sexual e homofobia no Brasil. EDUFBA. (2012).
- Costa, J. F. Violência e gênero: notas para um debate. Revista Estudos Feministas, 10(1), 107-118. (2002).
- Diniz, D. O que é deficiência. Editora Brasiliense. (2007).
- Facchini, R. Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade LGBT. Garamond. (2009)
- Figueiredo, B. A construção da maternidade e o amor materno: uma abordagem psicanalítica. Casa do Psicólogo. (2014).
- Grossi, M. P. Múltiplas masculinidades. Revista Estudos Feministas, 11(1), 229-236. (2003)
- Louro, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Vozes. (2007).
- Mello, L. F. Sexualidade e envelhecimento: reflexões e vivências. Instituto de Geriatria e Gerontologia. (2014).
- Miskolci, R. Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças. Annablume. (2012).
- Peres, W. D., & Pitanguy, J. (Orgs.). Gênero e violência: o papel das instituições. Ed. da Universidade de São Paulo. (2010).
- Piscitelli, A. (Org.). Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras. Garamond. (2004).
- Rios, R. R. O amor em quatro tempos: afeto, sexualidade e prazer entre jovens gays. Garamond. (2008).
- Vianna, A. M. Homossexualidade feminina no Brasil: visibilidade, representações e identidade. Lamparina. (2012).

CAPÍTULO 02

A PARTICIPAÇÃO DO CONTEXTO SOCIOCULTURAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO DOS JOVENS

Marcella Suarez Di Santo

<https://orcid.org/0000-0002-6769-9800>

Vannini De Medeiros Mendes Ribeiro

<https://orcid.org/0000-0003-2824-9134>

Juliane Mesquita Obando

<https://orcid.org/0000-0003-4054-964X>

Isabella Alves Alencar de Araujo

<https://orcid.org/0000-0003-3923-0383>

Cátia Candido da Silva

<https://orcid.org/0000-0002-6236-7073>

Cristiane Pereira Lima

<https://orcid.org/0000-0001-8370-6575>

Ana Paula Rodrigues de Souza

<https://orcid.org/0000-0001-5246-3961>

José Humberto Veríssimo Zuchetti

<https://orcid.org/0000-0002-6905-4205>

2. INTRODUÇÃO

Quando abordamos temas relacionados à identidade de gênero, sexualidade ou orientação sexual, é comum escutarmos, inicialmente, dois tipos de posicionamentos: 1) a perspectiva de que é algo estritamente privado e que concerne apenas ao indivíduo; ou 2) alguma classificação discriminatória sobre quem desafia a ordem do sistema cisheteronormativo. A sexualidade, o gênero e as orientações sexuais, na verdade, são categorias complexas, abundantes, ricas e fundamentais para discussão sobre diversidade humana. Porém, estas são enquadradas em visões naturalizadas, biologicamente determinadas e

enrijecidas (DEL PRIORE 2014; LAQUEUR, 2001). Tal compreensão restritiva propicia que muitas frentes políticas conservadoras adentrem em instituições, como a escola, e produzam discursos que alegam que esse tipo de discussão é uma tentativa de doutrinação e militância despropositada (JUNQUEIRA, 2018, 2022; MADUREIRA, BARRETO & PAULA, 2018; MIGUEL, 2016).

A superficialidade desse tipo de pensamento tem contribuído com a persistência de uma máscara que suprime e silencia as produções sobre sexualidade, gênero e orientação sexual de maneira normativa, perpetuando situações de preconceito, discriminação, marginalização e outros tipos de violência. Então, promover e fomentar discussões e reflexões que propiciam a compreensão da diversidade humana e sexual é urgente, já que o disfarce apolítico e neutro contraria e deslegitima o número significativo de violência contra mulheres, crianças, transexuais e travestis, LGBTs em geral, dentre outras minorias. Surge, então, a necessidade de compreendermos que quando não há a potencialidade de diálogo sobre aspectos relacionados à diversidade humana e sexual, há a possibilidade de manutenção de sistemas de controle e poder. Visto que a sexualidade é uma dimensão essencial da experiência humana, que envolve aspectos relacionais, psicológicos, políticos, sociais e culturais (FIGUEIRÓ, 2001; FOUCAULT, 2015; LAQUEUR, 2001).

A construção social da identidade de gênero é um tema de grande relevância e interesse nos estudos das relações de gênero e sexualidade em diferentes áreas de conhecimento que têm se dedicado à produção científica sobre a construção das identidades de gênero como parte fundamental da experiência e desenvolvimento humanos (BEAUVOIR, 1967; BECKER, 1977; BUTLER, 2020; CARRARA, 2017; CARRARA et al., 2019; FOUCAULT, 1988; LOURO, 2000; MADUREIRA e BRANCO, 2014; MATOS e CIDADE, 2016; SCOTT, 1990; SILVA, 2000).

A forma como cada pessoa percebe e se identifica no que culturalmente se definiu como uma produção de identidade forjada no binarismo feminino/masculino está longe de ser atributo de nascimento. As identidades se constroem com movimentos dinâmicos de produção de si (MADUREIRA e BRANCO, 2014; VALSINER, 2002; 2012; 2014), diretamente produzidos a partir de contextos culturais e sociais nos quais se dão essas produções identitárias,

de forma que a cisheteronormatividade compulsória deixa de fora sujeitos que produzem novos sentidos acerca de gênero (ROSA, 2020; SENNA, 2019).

Estudos demonstram que os jovens que não se enquadram ao modelo heteronormativo e binário enfrentam desafios adicionais em sua jornada de autodescoberta e aceitação. Um dos principais obstáculos enfrentados por esses jovens é o estigma social. A homofobia, bifobia e transfobia levam à discriminação, à rejeição, exclusão social e a outros diversos tipos de violência (NEIVAS & BAPTISTA, 2021), que fortalecem a falta de apoio a população LGBTQIAPN+. Dentre essas consequências negativas, estão também os prejuízos à saúde mental e à dignidade física (MEDEIROS & FACUNDES, 2022).

A solidão, a ansiedade, a depressão e o isolamento social são desafios frequentemente enfrentados por esses jovens. A pressão para se conformarem aos padrões heteronormativos da sociedade, muitas vezes, causam intensos conflitos e sentimentos de inadequação (DE MEDEIROS & FACUNDES, 2022), já que esses jovens LGBTQIAPN+ encontram dificuldades em suas famílias, escolas e em ambientes de trabalho (BORRILLO, 2010).

Dados estatísticos têm revelado constantemente o crescente aumento dos casos de violência contra a população LGBTQIAPN+ no Brasil ao longo dos anos. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB)¹, o Brasil é o país que lidera o *ranking* em relação à quantidade de casos de homicídio contra a população LGBTQIAPN+ do mundo, seguido pelo México e Estados Unidos. Em 2018, o GGB apresentou o registro de 420 mortes violentas ocasionadas por homofobia no Brasil, o equivalente a uma morte a cada 20 horas (MOTT & MICHELS, 2019; NEIVAS & BAPTISTA, 2021). Em 2022, o Observatório De Mortes e Violências² LGBTQIAPN+ registrou 273 mortes, 228 assassinatos e 30 suicídios no Brasil.

Segundo dados do *Data Lawyer* para a Folha de São Paulo, desde 2017 foram 2.133 ações trabalhistas que citavam homofobia em sua inicial e cumulado as verbas trabalhistas em relação a danos morais (SIENA & MESQUITA, 2023). O Dossiê de 2022 sobre Assassinatos e Violências contra Travestis e

¹ Para mais informações:

<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contralgbt-brasil2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>

² Para mais informações: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/>

Transexuais Brasileiras da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra)³ apresentou que 131 pessoas trans e travestis foram assassinadas no Brasil naquele ano, sendo que 20 pessoas cometeram suicídio em virtude do preconceito e da discriminação (130 pessoas eram mulheres trans e travestis e 1 homem trans). A pessoa assassinada mais jovem tinha 15 anos.

Nessa direção, é importante destacar que a violência contra a população LGBTQIAPN+ não acontece apenas no território nacional, uma vez que existem países em que ocorre o fenômeno da “Homofobia de Estado”, que se utiliza de dispositivos legais para punir e criminalizar o que se refere à orientação sexual dos indivíduos. De acordo com o relatório da ILGA⁴ (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association – Anexo 1), de 2018, mais de 70 países ainda puniam e criminalizavam a homossexualidade, desrespeitando as convenções internacionais e, principalmente, ferindo a dignidade da pessoa humana. A violência direcionada a população LGBTQIAPN + está estreitamente relacionada à ausência de leis e de políticas públicas que legitimem seus direitos e aos atos omissivos do poder legislativo que colaboram para a marginalização e opressão dos indivíduos por sua orientação sexual (SIENA & MESQUITA, 2023).

Contudo, o Supremo Tribunal Federal, em sua responsabilidade de avaliar processos tidos como constitucionais e inconstitucionais, participou do julgamento e processamentos de diversas ações que garantem e equiparam os cidadãos em direitos, como por exemplo, o direito à união de casais homoafetivos, o direito de adoção, a inserção da homofobia como crime à Lei de Racismo (Lei 7.716/1989), e o direito que permite as pessoas trans alterarem em seu registro civil o nome e o sexo sem a necessidade de submeter a cirurgia (SIENA & MESQUITA, 2023). Tais decisões foram importantes “marcos no combate da discriminação e essenciais à concretização dos direitos humanos, no que tange a consolidação de entendimentos atinentes a comunidade LGBTQIAPN+” (SIENA & MESQUITA, 2023, p.3).

Apesar das conquistas e dos avanços ocorridos nas duas últimas décadas, os direitos conquistados sofrem ameaças. Passamos recentemente por um momento em que o conservadorismo ganhou força, culminando

³ <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>

⁴ Para mais informações: <https://ilga.org/>

na ineficiência das políticas públicas e na falta de leis direcionadas à proteção da população LGBTQIAPN+ (SIENA & MESQUITA, 2023). Assim, para que haja a criação de ambientes seguros é de suma importância o investimento na implementação de políticas antidiscriminatórias, programas educacionais promotores de igualdade e equidade, capacitações para profissionais da saúde e da educação sobre a educação sexual de forma abrangente e sensível, uma vez que os jovens LGBTQIAPN+ podem enfrentar dificuldades em relação à saúde sexual (FACCHINI, MORA & BUCHALLA, 2010; HEILBORN & AQUINO, 2022). Considerando que a falta de educação sexual e informações adequadas sobre práticas seguras podem levar a comportamentos de risco, como relações sexuais desprotegidas, aumento das taxas de infecções sexualmente transmissíveis, menor procura a serviços de saúde adequados e a propagação de discursos discriminatórias quanto a orientação sexual dos indivíduos (FACCHINI, MORA & BUCHALLA, 2010).

As desigualdades que assolam as populações dissidentes não se concentram, apenas, na sexualidade humana ou em questões de gênero como se apenas essas pessoas fossem atingidas pela violência, mas os modelos binários e essencialistas atravessam as experiências de todos os seres humanos. A normatividade binária faz com que se perpetue e justifique as violências para qualquer pessoa que seja ou que aparente estar fora dos modelos normativos.

Sobre isso, Parker (1991) exemplifica que isso pode ser demonstrado na descrição de atos sexuais e íntimos e na produção de subjetividade sobre estes que em relações heterossexuais, geralmente, os/as parceiros/as utilizam verbos e expressões que visibilizam as expectativas sociais de submissão feminina e dominação masculina. Este é o caso de termos como “foder” e “comer” e em seus usos: “o homem come a mulher”. A expressão afirma que os homens penetram e “consomem” suas parceiras durante os atos sexuais, e as mulheres oferecem-se “passivamente” para serem “possuídas” e “domadas”. Cabe também pontuarmos a agressividade e violência presentes nessas descrições, não sendo incomum observarmos termos pejorativos como “arregaçar”, “destruir”, “acabar”, “terminar”, “detonar”, “macetar” ou “arrebentar” ao se referir aos atos sexuais entre homens e mulheres.

Tal ponto se articula com a pesquisa de Machado (2004) com prisioneiros apenados por crimes de estupro, agressores acusados de violência física contra as suas companheiras e de jovens infratores do Distrito Federal. Na pesquisa, a autora argumenta que a percepção dos participantes – quanto aos atos e desejo sexual – é do masculino como agente, sujeito, e a percepção do feminino se dá como o objeto da ação. Assim, os corpos femininos seriam controlados e considerados meramente como corpos “disponíveis”, dissociando tais corpos do sujeito feminino, como estes corpos não pertencessem a sujeitos, ou pessoas. Machado (2004, p. 37) destaca que:

A penetração peniana tomou a primazia, tornando-se o único instrumento que se apodera sexualmente. Isso leva, paralelamente, a identificar o portador do sexo masculino como sujeito e não o objeto da relação sexual. Ainda que profundamente arbitrarias, tais analogias fizeram-se fundantes no imaginário da sexualidade ocidental de longa duração.

A partir disso, compreende-se que no que tange o desenvolvimento da masculinidade, não são observadas as mesmas expectativas e demandas socioculturais das associadas e estimuladas no desenvolvimento da feminilidade. Pelo contrário, na esfera da sexualidade, a expectativa social é de que os homens aproveitem todas as oportunidades para viver experiências íntimas, desenvolvendo, com isso, um olhar voltado basicamente para si, para seus prazeres e desejos, não se atentando para o desenvolvimento de uma compreensão acerca do que significa o consentimento mútuo (D’ABREU, 2013; ZANELLO, 2018).

Ou seja, a feminilidade, em relação à própria sexualidade, é encarada como algo a ser disciplinado, historicamente reprimido, enquanto a masculinidade é vivenciada sem as mesmas restrições, devendo ser manifestada e aceita socialmente (no que se refere à heteronormatividade). Autores como Costa (1999), Del Priore (2014), Laqueur (2001), Vainfas (2017) demonstram como a construção de significados morais sobre os corpos e sobre a sexualidade favoreceram que, tradicionalmente, pessoas fora do padrão cisheteronormativo tem sido tanto reprimidos no exercício da sexualidade, em relação à legitimidade do prazer feminino, quanto vítimas de violências brutais produzidas historicamente.

Uma das maneiras de evitar práticas tão violentas é fazendo das escolas e dos demais ambientes educacionais sejam espaços que cumpram uma função social em relação ao desenvolvimento intelectual, cultural, físico e social dos sujeitos (FURLANETTO et al, 2018). Nesse sentido, é possível trabalhar a educação sexual nesses ambientes através da orientação de profissionais qualificados para lidar com a complexidade de percepções e padrões culturais que envolvem a temática (ALENCAR DE ARAUJO, 2022; FURLANETTO et al, 2018; JUNQUEIRA, 2009; MADUREIRA, BARRETO & PAULA; MADUREIRA & BRANCO, 2005; PAULA, 2019).

Com o objetivo de compreender como os aspectos sociais e culturais participam da formação da identidade de gênero dos jovens, neste capítulo apresentamos os resultados de uma pesquisa qualitativa desenvolvida com o intuito de analisar como as normas de gênero disseminadas socialmente pela mídia, pela família, pela escola e pelo grupo de pares participam a construção da identidade de gênero nessa fase crucial do desenvolvimento. Além disso, pretendemos explorar sobre maneira como os jovens se percebem e se identificam, bem como as possíveis consequências sociais e emocionais dessa construção.

Acreditamos que a compreensão dos aspectos socioculturais na construção da identidade de gênero das juventudes pode auxiliar na criação de estratégias e políticas que promovam a igualdade de gênero e o respeito à diversidade, além de fornecer subsídios para a construção de uma educação mais inclusiva e sensível às questões de gênero.

2.1 A identidade de gênero como uma construção social

Sabe-se que socialmente o conceito de gênero foi construído a partir do binarismo – feminino, masculino – Ou seja apenas era compreendida a forma em que os sujeitos se reconheciam segundo estes dois gêneros (SILVA et al, 2019). Contudo, ao longo do tempo, foram surgindo movimento sociais que primavam e ainda primam pela luta de grupos da sociedade civil que se organizam em prol de questionar e resistir a normas estabelecidas nas sociedades que fomentam a desigualdade e a violência (SILVA et al, 2019). O grupo LGBTQIAPN + e os grupos Feministas foram e ainda são responsáveis

por muitas reivindicações e questionamentos a fim de legitimarem seus direitos na sociedade. Dessa forma, as fronteiras entre gênero, sexo e sexualidade foram se flexibilizando, embora muitas lutas ainda estejam sendo travadas (SILVA et al, 2019).

No campo das ciências sociais, novas perspectivas e debates foram surgindo a respeito de termos como sexualidade, identidade e gênero (PAIVA, 2008, SILVA et al, 2019). A partir desses novos prismas o binarismo clássico, masculino e feminino, não dão conta de representar e explicar a abrangência de identidades, práticas e constituições de si na contemporaneidade. Louro (2000) destaca que há inúmeras formas de se identificar para além do binarismo, formas essas que estão cada vez mais anunciadas e reconhecidas, mas que também são fortemente negadas e silenciadas. Assim, mesmo que tais discussões estejam conquistando uma maior visibilidade nos tempos atuais, os paradigmas heteronormativos ainda possuem espaços significativos e operam nas práticas excludentes, fomentando os estigmas sociais (LOURO, 2009).

Na contemporaneidade, ainda se percebe tais ocultamentos das identidades de gênero, através de silenciamentos e de discursos que apresentam uma pseudo-aceitação das sexualidades que não correspondem a heterossexualidade (SILVA et al, 2019). Conforme mencionado anteriormente, as lutas sociais ocorridas nas últimas décadas são caminhos importantes para discutir sobre as conquistas no campo da sexualidade, em que podemos destacar o prazer feminino, que passa a ser considerado e evidenciado e não se concentra mais como algo referente apenas ao masculino, assim como a “despatologização” das diferentes formas de sexualidades que não se “enquadram” na heteronormatividade (SILVA et al, 2019)

Percepe-se que são atribuídos sentidos aos corpos no e pelo contexto social e cultural. Desse modo, é importante destacar que nas sociedades contemporâneas as identidades, não se caracterizam pela noção de estabilidade, uma vez que a partir dos processos de globalização acabam por serem deslocadas e fragmentadas (HALL, 2011; RIBEIRO, 2021). Com isso, a partir da ênfase contemporânea na instabilidade da identidade, muitas vezes, os sujeitos procuram nos corpos a tal estabilidade, em busca da perspectiva que os corpos conseguem delimitar as identidades, para que dúvidas e/ ou ambiguidades sejam evitadas (LOURO, 2000; RIBEIRO, 2021). Entretanto, os

corpos também são transformados e significados pelos processos sociais e culturais, sendo também capazes de sofrerem mudanças (LOURO, 2000).

Nesse viés, Britzman (1996) discute que o subjulgamento das formas de ser “veem o desenvolvimento como sendo racional e cronologicamente linear. O resultado é que a ideia da identidade como polimórfica e polifônica acaba sendo reprimida” (BRITZMAN, 1996, p. 73) Ou seja, a progressão que propõe uma linha ininterrupta que é aparentemente “correta” e lógica, não consegue dar conta da complexidade relacionada a vozes que não correspondem a perspectivas simplistas (SILVA et al, 2019). Nesse sentido, Silva et al (2019) destaca que as identidades de gênero “se constituem pelos códigos de cada cultura e, em cada parte do mundo, seja nacionalmente, ou em grupos menores, às vezes, guetos, os sentidos e significados de corpo, seus usos, suas práticas e os processos relacionados a esta complexa teia são diversos e mutáveis” (p.6). Assim, tendo em vista estas percepções, faz-se necessário discutir e problematizar questões relacionadas à sexualidade e as identidades de gênero em diferentes ambientes, como por exemplo o contexto escolar (SILVA et al, 2019).

Nesta perspectiva, com o objetivo compreender a participação dos contextos sociais e culturais na formação da identidade de gênero dos jovens, discutiremos sobre uma pesquisa qualitativa com a participação de dez jovens. A escolha por uma abordagem qualitativa permitiu a exploração das experiências e perspectivas dos participantes de forma mais aprofundada, de modo a possibilitar a compreensão das nuances e complexidades envolvidas na construção da identidade de gênero.

Os participantes da pesquisa foram selecionados com base em critérios de uma amostragem intencional. Buscou-se incluir jovens de diferentes idades, gêneros e contextos socioeconômicos e culturais, a fim de obtermos uma variedade de perspectivas e experiências. A seleção considerou, ainda, a disponibilidade e o livre consentimento dos participantes, os quais foram previamente informados sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos envolvidos, a garantia de anonimato e a confidencialidade das informações fornecidas. Os dados foram tratados de forma ética, garantindo a proteção da identidade dos participantes.

2.2 A PESQUISA EMPÍRICA

2.2.1 Objetivo, participantes e método

A escola está localizada em um bairro urbano de classe média baixa em uma cidade brasileira de médio porte (em média 90mil habitantes). O bairro é conhecido por sua diversidade étnica e cultural, abrigando famílias de diferentes origens socioeconômicas.

A instituição educacional é uma escola pública que busca promover a inclusão e a igualdade de oportunidades. Embora a escola enfrente desafios relacionados à falta de recursos e infraestrutura limitada, ela se esforça para fornecer um ambiente seguro e acolhedor para os estudantes.

A escola valoriza a diversidade e a multiculturalidade, buscando criar um ambiente de aprendizado inclusivo, onde todas as identidades são respeitadas. Há uma ênfase em promover a consciência sobre questões de gênero, combatendo estereótipos e desigualdades de gênero.

Os professores e funcionários da escola estão comprometidos em oferecer uma educação de qualidade e apoiar o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos. Eles são encorajados a adotar abordagens inovadoras de ensino, estimulando a participação ativa dos estudantes e incentivando o pensamento crítico.

Apesar dos desafios enfrentados pela escola, ela busca fornecer um ambiente seguro e estimulante, onde os estudantes possam desenvolver suas habilidades e interesses, além de explorar e compreender melhor sua identidade de gênero. A escola é um espaço para debates abertos, discussões significativas e aprendizado mútuo.

2.2.2 Participantes do gênero feminino

1. Ana (17 anos): Vinda de uma família de classe média baixa, Ana é uma estudante dedicada e comprometida. Ela enfrenta desafios financeiros, mas encontra apoio em sua família e busca construir uma carreira acadêmica de sucesso.

2. Beatriz (16 anos): Filha de imigrantes, Beatriz é uma jovem determinada a superar obstáculos e alcançar seus objetivos. Ela valoriza muito a educação e luta contra as expectativas sociais para moldar sua própria identidade.

3. Carolina (15 anos): Carolina é uma adolescente criativa e sonhadora. Ela gosta de expressar sua identidade através da arte e procura inspiração em movimentos feministas. Ela está em busca de sua voz e de uma sociedade mais igualitária.

4. Gabriela (18 anos): Gabriela é uma líder natural, sempre disposta a ajudar seus colegas. Ela é ativa em atividades extracurriculares, como clubes de debate e organizações estudantis, buscando criar um ambiente inclusivo e promover a igualdade de gênero.

5. Isabela (17 anos): Isabela é uma jovem com espírito empreendedor. Ela se envolve em projetos sociais e está comprometida em melhorar a qualidade de vida de sua comunidade. Ela valoriza a igualdade de gênero e busca empoderar outras jovens.

2.2.3 Participantes do gênero masculino

1. João (16 anos): João é um estudante comprometido com seus estudos e apaixonado por ciências. Ele se preocupa com a igualdade de gênero e se esforça para ser um aliado, desafiando estereótipos e trabalhando para construir uma sociedade mais justa.

2. Lucas (15 anos): Lucas é um jovem atleta com uma paixão pelo esporte. Ele se esforça para promover a inclusão e o respeito entre seus colegas, desafiando noções restritivas de masculinidade e encorajando uma mentalidade positiva.

3. Matheus (17 anos): Matheus é um jovem curioso e engajado em questões sociais. Ele se interessa por política e busca compreender as disparidades de gênero, procurando maneiras de criar um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo.

4. Pedro (16 anos): Pedro é um estudante criativo e dedicado às artes. Ele desafia estereótipos de gênero através de sua expressão artística e busca uma sociedade onde todos possam se expressar livremente, independentemente do gênero.

5. Rafael (18 anos): Rafael é um jovem empreendedor com uma visão de negócios. Ele está comprometido em criar oportunidades iguais para todos e promover a diversidade de gênero no mundo dos negócios.

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa incluíram entrevistas semiestruturadas e observações participantes. As entrevistas foram realizadas individualmente, permitindo que os participantes expressassem livremente suas vivências, percepções e experiências relacionadas à identidade de gênero. Este procedimento proporcionou flexibilidade para a exploração de tópicos específicos, ao mesmo tempo em que permitiu que os participantes compartilhassem suas histórias de forma aberta e espontânea.

As observações participantes foram realizadas em contextos relevantes para a formação da identidade de gênero dos jovens, como escolas, grupos de pares e espaços de socialização. A observação participante permitiu a obtenção de *insights* sobre as interações sociais, as dinâmicas de grupo e as manifestações culturais que participam da identidade de gênero dos jovens.

A análise dos dados qualitativos seguiu uma abordagem temática. As entrevistas foram transcritas e os dados foram organizados em categorias temáticas emergentes, buscando-se a constante reflexão e revisão das categorias e temas identificados (GIL, 2006). Tal procedimento permitiu a identificação de padrões, tendências e relações entre os diferentes elementos relacionados à construção da identidade de gênero dos jovens.

2.3 Resultados e discussão

A partir da análise das informações por meio de entrevistas e observações participantes foram identificadas diferentes dimensões da participação do contexto sociocultural na formação da identidade de gênero dos jovens, e que estão intimamente relacionadas às normas, expectativas e valores presentes na sociedade em que os participantes vivem. A seguir, apresentaremos e discutiremos as principais informações da pesquisa.

Os/As participantes relataram que as normas de gênero disseminadas socialmente desempenharam um papel significativo na formação da suas identidades de gênero, uma vez que há a existência de expectativas sociais em relação ao comportamento, às atividades e às características associadas a cada

gênero. Segundo Oliveira e Souza (2019), tais normas podem ter sido apreendidas desde a infância, participando da forma como eles/elas se percebiam e se identificavam. Conforme alguns relatos, às vezes, essas normas eram restritivas e limitantes, dificultando a expressão autêntica das identidades de gêneros.

Esta rigidez e limitação disseminadas pelas normas sociais de gênero, estabelece padrões rígidos e estereotipados de comportamento de acordo com o gênero atribuído (OLIVEIRA; SOUZA, 2019). Por exemplo, espera-se que os meninos sejam assertivos, fortes e dominantes, enquanto as meninas são incentivadas a serem dóceis, submissas e cuidadoras. Essas expectativas podem criar pressões para que os jovens se “encaixem” nesses estereótipos, reprimindo sua expressão autêntica e dificultando a descoberta e a aceitação de sua identidade de gênero (OLIVEIRA; SOUZA, 2019; COSTA; AMÂNCIO, 2019; COSTA;COUTO, 2018; SANTOS;SANTOS, 2018; SANTOS, 2023).

A participação dessas normas de gênero desde a infância também pode levar os jovens a apreenderem preconceitos e discriminações relacionados à identidade de gênero, resultando no desenvolvimento de sentimentos de vergonha, culpa e baixa autoestima para aqueles que não correspondem aos padrões tradicionais de gênero (OLIVEIRA; SOUZA, 2019; COSTA; AMÂNCIO, 2019; COSTA;COUTO, 2018; SANTOS;SANTOS, 2018; SANTOS, 2023).

. Tal fato sinaliza que, embora as normas de gênero não sejam fixas ou universalmente aplicáveis e variem de acordo com o contexto social, cultural e histórico, seus potenciais efeitos negativos na formação da identidade dos jovens são evidentes e podem produzir desigualdades de gênero e restrição da liberdade de expressão (COSTA; AMÂNCIO, 2019; COSTA;COUTO, 2018).

A superação das normas de gênero restritivas e limitantes requer uma reflexão crítica e uma mudança de paradigma (COSTA; AMÂNCIO, 2019; COSTA;COUTO, 2018). É necessário que se promova a desconstrução dos estereótipos de gênero e a valorização da diversidade de suas expressões (COSTA; AMÂNCIO, 2019; COSTA;COUTO, 2018). A criação de ambientes seguros e inclusivos, tanto nas famílias quanto nas instituições educacionais e na sociedade em geral, é essencial para permitir que os jovens expressem sua identidade de gênero de forma autêntica e sem medo de discriminação ou rejeição (SANTOS, 2023).

Neste cenário, é fundamental que haja a promoção de uma educação de gênero que questione as normas tradicionais, proporcione a igualdade de oportunidades e encoraje a livre expressão da identidade de gênero dos jovens, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade (COSTA; AMÂNCIO, 2019; COSTA;COUTO, 2018).

A mídia foi identificada pelos participantes como um elemento significativo na construção de suas identidades de gênero pela constante presença de estereótipos nas representações midiáticas, que reforçam ideais de masculinidade e feminilidade (RIBEIRO, 2021). Conforme os colaboradores, as imagens veiculadas na mídia frequentemente retratam os homens como fortes, dominantes e agressivos, enquanto as mulheres são retratadas como dóceis, sensuais e submissas (RIBEIRO, 2021). A exposição a essas representações imagéticas pode participar das percepções e as aspirações dos jovens em relação a sua identidade de gênero.

No entanto, embora seja evidente a participação direta da mídia na construção de identidade de gênero dos jovens, também foi observado um movimento de resistência e questionamento dos participantes em relação aos estereótipos disseminados midiaticamente. Eles expressaram descontentamento com a falta de representatividade da diversidade nas imagens midiáticas e manifestaram o desejo de ver uma maior variedade de modelos de gênero nos meio de comunicação.

É perceptível que os jovens estão cada vez mais conscientes das partipações negativas dos estereótipos de gênero na mídia e estão se engajando em discussões críticas sobre essas representações (RIBEIRO, 2021). Muitos estão buscando se posicionar de forma mais autêntica e desafiadora em relação às normas de gênero impostas pela sociedade e pela mídia. Essa resistência e questionamento dos participantes em relação aos estereótipos de gênero presentes na mídia são sinais de um movimento de mudança e empoderamento no qual os jovens almejam uma maior representatividade e a quebra de barreiras de gênero, além da reivindicação de liberdade de expressão e do direito ao reconhecimento e respeito às individualidades (RIBEIRO, 2021).

Nesse contexto, é importante que a mídia assuma a responsabilidade de promover representações mais diversificadas de identidades de gênero, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva. A

mídia também tem o potencial de desempenhar um papel positivo na formação da identidade de gênero dos jovens, fornecendo modelos mais abrangentes e autênticos, que reflitam a diversidade da experiência humana e inspirem uma maior aceitação e compreensão das diferenças de gênero (RIBEIRO, 2021).

Os resultados da pesquisa apontam ainda que a família desempenhou um papel central na construção da identidade de gênero dos jovens participantes. Conforme seus relatos, as interações familiares e as expectativas dos pais em relação ao gênero tiveram um impacto significativo em sua formação de identidade. Ao explanarem sobre suas experiências, alguns participantes mencionaram a importância do apoio familiar na exploração e expressão de sua identidade de gênero, enquanto outros enfrentaram desafios e conflitos familiares em relação à sua essa identidade de gênero. Tais dados corroboram a assertivas de Gomes (2017) de que as experiências familiares variam amplamente no que se refere a esta temática.

No caso específico da pesquisa aqui relatada, alguns participantes mencionaram o apoio incondicional e o encorajamento de suas famílias na exploração e expressão de sua identidade de gênero. Esses jovens se sentiram apoiados e amados, o que lhes permitiu desenvolver uma maior consciência de si mesmos e uma maior aceitação de sua identidade de gênero.

Em contrapartida, outros jovens relataram o enfrentamento de desafios e conflitos familiares em relação à sua identidade de gênero. Conforme alguns participantes, seus pais tiveram dificuldade em compreender e aceitar a identidade de gênero não correspondente à expectativa da sociedade, o que gerou tensões e um sentimento de falta de apoio emocional. Esses jovens enfrentaram o medo de serem rejeitados ou não compreendidos por suas famílias, o que pode, conforme os mesmos, afetou negativamente sua autoestima e bem-estar.

Resumidamente, as informações da pesquisa apontaram que o apoio familiar na construção da identidade de gênero foi crucial para o desenvolvimento saudável e a promoção de autenticidade e autoaceitação dos jovens, pois a criação de um ambiente seguro e amoroso, os ajudou a expressar livremente sua identidade de modo que eles se sentiram reconhecidos e valorizados em sua individualidade.

Porém, é importante ressaltarmos que a compreensão e aceitação da diversidade da identidade de gênero por parte das famílias é um processo que pode levar um longo tempo e requer diálogo aberto e compreensão. Muitas vezes, a não aceitação dos pais expressa, na verdade, o medo que eles sentem de que seus filhos sejam alvos de situações de preconceito e discriminação na sociedade. Assim, o que, em um primeiro momento parece ser um desrespeito à individualidade do jovem, pode ser a única forma encontrada pelos familiares de tentar protegê-los. É nesse sentido que é importante que os pais e os demais componentes das famílias tenham a oportunidade de se educarem sobre questões relacionadas ao gênero, buscando informações e recursos que possam ajudá-los a compreender melhor as experiências e necessidades dos jovens.

A escola também foi apontada pelos participantes como um importante fator na sua formação da identidade de gênero. Os jovens relataram inúmeras experiências de discriminação e *bullying* sofridos no ambiente escolar com base na identidade de gênero. Essa informação corrobora as discussões de Madureira e Branco (2014) a respeito do conservadorismo historicamente apresentado pela escola fortemente interessado na reprodução das regularidades e das diversas formas de normatização dos sujeitos.

Além disso, os participantes citaram a falta de inclusão e sensibilidade às questões relacionadas ao gênero por parte das instituições educacionais como um obstáculo para a expressão autêntica das identidades de gênero. A esse respeito, Costa (2018; 2019) discute que a ausência de políticas e práticas que promovam a igualdade de gênero e a diversidade no ambiente escolar colabora para torná-lo um espaço hostil e prejudicial para aqueles que não se enquadram nas normas tradicionais de gênero.

No entanto, apesar dos inúmeros relatos sobre situações de preconceito e invisibilidade vivenciadas nas escolas, alguns participantes mencionaram experiências positivas de apoio e acolhimento por parte de educadores e colegas. Os resultados apontaram que a presença de educadores sensíveis e conscientes das questões relacionadas ao gênero pode fazer a diferença na vida dos jovens, proporcionando-lhes um ambiente seguro e inclusivo. Esses educadores desempenham um papel ativo na promoção da igualdade de gênero

e no combate à discriminação, ajudando a criar uma cultura escolar que respeita as diversidades.

Além disso, o apoio dos colegas foi fundamental para a promoção de um ambiente escolar inclusivo. A construção de redes de apoio entre os estudantes, por meio de grupos de apoio ou atividades educativas, forneceu, conforme os participantes, um espaço seguro para que os jovens compartilhassem suas experiências e se apoiassem mutuamente. Ficou evidente que o grupo de pares exerceu uma forte influência na construção da identidade de gênero dos jovens participantes. A necessidade de pertencimento e a busca pela aceitação social levaram alguns deles a se conformarem às normas de gênero estabelecidas pelo grupo. No entanto, também foram identificados casos de grupos de pares que proporcionaram apoio e espaço para a expressão livre da identidade de gênero dos jovens.

Todos esses dados coletados ilustram a afirmação de Silva (2017) de que a escola desempenha um papel significativo na formação da identidade de gênero dos jovens. Por isso, é fundamental que as instituições educacionais sejam proativas na promoção de uma cultura escolar que valorize a diversidade de gênero, implementando políticas e práticas inclusivas. Isso inclui a inclusão de conteúdos relacionados a gênero e diversidade nas currículos escolares, a formação de educadores para lidar com questões relacionadas ao gênero de forma sensível e a criação de espaços seguros para discussões e apoio aos estudantes.

Ao discutir tais informações à luz da literatura revisada, fica evidente a complexidade e a interseccionalidade da participação do contexto sociocultural na formação da identidade de gênero dos jovens. A mídia, a família, a escola e o grupo de pares emergem como importantes agentes de socialização que moldam as percepções e as experiências dos jovens em relação ao seu gênero.

No entanto, é importante reconhecer que essas “influências” não são fixas ou unidirecionais. Os jovens também exercem agência e resistência em relação às expectativas sociais de gênero, buscando expressar sua identidade de forma autêntica e desafiadora. A pesquisa revela a importância de se promover espaços seguros e inclusivos que permitam a expressão e a exploração livre da identidade de gênero dos jovens, assim como o apoio aos pais, educadores e sociedade em geral.

Em suma, os resultados desta pesquisa evidenciaram a necessidade de uma reflexão crítica sobre o contexto sociocultural na formação da identidade de gênero dos jovens. A compreensão dessas influências é fundamental para a promoção da igualdade de gênero, a valorização da diversidade e o fortalecimento do bem-estar e da autoestima dos jovens em relação à sua identidade de gênero.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto buscamos analisar as influências sociais e culturais na construção da identidade de gênero dos jovens. Por meio da realização de uma pesquisa empírica, com a utilização de entrevistas e observações participantes, identificamos importantes elementos que contribuem para a constituição dessa construção.

A pesquisa revelou que os jovens enfrentam desafios na construção de sua identidade de gênero, incluindo discriminação, *bullying* e falta de apoio institucional. No entanto, também encontramos exemplos de resiliência e resistência, bem como espaços de apoio que possibilitam a expressão autêntica da identidade de gênero.

É importante destacar que a sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero vão muito além de meros conceitos ou recortes, sendo estas constituintes da subjetividade humana. Somos atravessados e permeados por essas questões de forma rotineira, nos direcionamos e produzimos pertencimentos e afetos a partir das significações culturais sobre esses assuntos. Silenciar e não dialogar sobre tais temas é deixar de lado partes do ser, do viver e da experiência de todos como indivíduos e como comunidade. Assim, a possibilidade da abertura ao diálogo é considerar o ser humano em sua plenitude, fortalecendo ambientes seguros e não-violentos, aos quais os jovens podem compreender, respeitar e valorizar a diversidade humana.

Neste capítulo, em que incitamos discussão sobre a necessidade de facilitarmos espaços dialógicos que propiciem a emergência de visões mais amplas e cada vez menos normativas, também foi possível perceber uma perspectiva esperançosa em podermos construir uma sociedade menos relações violentas, mais igualitária, equitativa e que realmente legitime a

diversidade. Estarmos atentos e dispostos a acolher, compreender, respeitar é também estar em posição de combater práticas discriminatórias, sendo responsabilidade de todos – família, instituições formais de ensino, profissionais da saúde, educadores, etc – em se posicionar de forma a contribuir com a cultura de paz e as diversas expressões de existência, sendo assim, agentes de mudança.

A fim de que a educação seja transformadora, é necessário que a instituição de ensino favoreça o desenvolvimento de diferentes aprendizagens e experiências que englobem as vivências e a afetividade entre todos – alunos e professores. Dentre os motivos para que esse fenômeno ocorra, destacamos o ambiente escolar ser um espaço de sociabilidades. Ou seja, se refere a um ambiente que não somente orienta as suas atividades para a transmissão de conhecimentos científicos, mas que também é um local de constantes interações e que possui o potencial de desenvolver a criatividade e habilidades sociais e afetivas. Ter a sua singularidade, gostos, dúvidas e interesses reconhecidos pela escola favorece a construção de relacionamentos saudáveis e funciona como um estímulo para que os jovens desenvolvam relações mais profundas com o conteúdo, visto que os ensinamentos não estariam distantes de suas realidades, mas também contemplariam questões afetivas.

Mas para isso precisamos discutir também sobre formação dos profissionais de educação sobre temas relacionados à diversidade sexual, orientação sexual e identidade de gênero; parcerias com organizações da sociedade civil que trabalhem com o tema na defesa dos direitos humanos; considerar que essas discussões devem ser realizadas de maneira interseccional considerando questões de gênero, classe e étnico-raciais, além de se articular com a realidade brasileira; inserir pais e responsáveis nessas discussões para esclarecer dúvidas e promovendo o diálogo familiar sobre sexualidade; e continuar produzindo novas estratégias para o enfrentamento da discriminação e violência contra grupos dissidentes.

Assim, é de suma importância investir em pesquisas científicas que considerem a existência humana em sua diversidade a partir de uma perspectiva não-normativa, que reconheça seus aspectos psicológicos, políticos e histórico-culturais, bem como o investimento em políticas públicas que primam pela valorização da diversidade e que combatam e problematizem frentes

fundamentalistas que disseminam práticas discriminatórias em diferentes espaços, principalmente, nas escolas.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos longitudinais que acompanhem o desenvolvimento da identidade de gênero dos jovens ao longo do tempo. Além disso, é importante investigar de forma mais aprofundada as experiências de jovens de diferentes contextos sociais e culturais, a fim de que as nuances e particularidades dessas vivências sejam compreendidas.

Em suma, espera-se que este estudo possa contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a construção social da identidade de gênero dos jovens e a fomentação de discussões e ações voltadas para a promoção da igualdade de gênero, o respeito à diversidade e o bem-estar dos indivíduos em relação às suas identidades de gênero.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR DE ARAUJO, I. A. **Práticas Pedagógicas e Estudos de Gênero: valorização da diversidade e promoção de uma Cultura de Paz**. Editora Dialética, 2022.
- BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica
- BRITZMAN, D. (1996). O que é essa coisa chamada amor? – Identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e Realidade**, 21(1), 71-96. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71644/0>.
- BUTLER, J. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. London and New York: Routledge, 2008.
- BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: N1 Edições, 2020.
- CARRARA, S. FACCHINI, R. SIMÕES, J, RAMOS, S. **Política, Direitos, Violência e Homossexualidade** Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT - São Paulo. Rio de Janeiro, CEPESC, 2006.
- COSTA, A. P., & COUTO, E. D. Identidades de gênero e sexualidade: estudo sobre adolescentes brasileiros. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 34, e34313. doi: 10.1590/0102-3772e34313. 2018.
- COSTA, M. H., & AMÂNCIO, L. Construção social da identidade de gênero: desafios e perspectivas. In J. P. CUNHA (Org.), **Estudos de Gênero: Interfaces Sociais e Culturais** (pp. 121-136). Editora Appris. 2019.
- COSTA, J.F. **A ética e o espelho da cultura** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Editora Graal. 1999
- COSTA, A. B.i; NARDI, H. C. Homofobia e Preconceito contra Diversidade Sexual: Debate Conceitual. **Temas em Psicologia**, Vol. 23, nº 3, 715-726, 2015.
- D'ABREU, L. C. F. Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres. **Psicologia & Sociedade**, 25(3), 592-601. 2013.
- DEL PRIORE, M. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. Planeta. 2014.

DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, v. 27, n. 39, p. 39-50, jan/abr. 2011.

FACCHINI, R., MORA, C. L., & BUCHALLA, C. M. Discussões sobre gênero, sexualidade e saúde: uma análise dos trabalhos publicados na Revista Brasileira de Epidemiologia (2002-2008). **Cadernos de Saúde Pública**, 26(4), 701-711. 2010.

FOUCAULT, M. **Filosofia e Biopolítica**. Editora:Autêntica. 2015.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FURLANETTO, M. F. et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa.**, v. 48, n. 168, pp. 550-571. 2018.

GOMES, R. **Identidades de gênero e sexualidade**: uma introdução. Editora Fiocruz. 2017.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 2011 Rio de Janeiro: DP&A editora.

HEILBORN, M. L., & AQUINO, E. M. L. A negociação do risco: um estudo sobre a sexualidade adolescente. **Cadernos de Saúde Pública**, 18(1), 29-45. 2022.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. Em R. D. Junqueira (Org.), **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO. 2009.

JUNQUEIRA, R. D.. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político- discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, 18(43). 449-502. 2018.

JUNQUEIRA, R. D. **A invenção da “ideologia de gênero”**: um projeto reacionário de poder. Letras Livres. 2022.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**: Corpo e gênero dos gregos a Freud. Re-lume-Dumará. 2001

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Editora Vozes. 1998.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2014

LOURO, G. L. (org.) **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Autêntica Editora, 2001.

LOURO, G. L. (2009). Pensar a sexualidade na contemporaneidade. In: Paraná, Secretaria de Estado da Educação, **Sexualidade**. Curitiba: SEED – Pr.

LOYOLA, M. A. A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas. In: Maria Luiza HEILBORN (Org). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Jahar, 1999.

MADUREIRA, A. F. A. Gênero, sexualidade e processos identitários na sociedade brasileira: tradição e modernidade em conflito. Em A. L. Galinkin, & C. Santos (Orgs.), **Gênero e Psicologia Social: interfaces**. Tecnopolik. 2010

MADUREIRA, A. F. A., BRANCO, A. U. Construindo com o outro: uma perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento humano. Em M. A. Dessen, & A. L. Costa Júnior (Orgs.), **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artes Médicas. 2005

MADUREIRA, A. F. A. & BRANCO, A. U. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas em Psicologia**, 23(3), 577-591. 2015.

MADUREIRA, A. F. A.; BARRETO, A. L. C. S. & PAULA, L. D. Educação, política e compromisso social: desconstruindo o mito da neutralidade pedagógica. Em E. Tunes (Org.), **Desafios da educação para a psicologia** (pp. 137-153). CRV. 2018.

MADUREIRA, A. F. A, HOLANDA, J. M. G. B., PAULA L. D. & FONSECA, J. V. C. Gênero, e sexualidade na escola: processos identitários, diversidade e preconceito na perspectiva da psicologia cultural. Em Madureira, A. F. A, & Bizerril, J. **Psicologia & Cultura: teoria, pesquisa e prática profissional**. Cortez Editora. 2021.

MADUREIRA, A. F. A., & Branco, A. U. 2014. Gênero, sexualidade e desenvolvimento humano: construindo uma cultura democrática na escola. In Dessen, M. A., & Maciel, D. A. (Orgs.), **A ciência do desenvolvimento humano: Desafios para a psicologia e a educação** (pp. 145-168). Juruá: Curitiba.

MEDEIROS, L. L. de.; FACUNDES, V. L. D. . Sexuality, gender identity and interference in mental health. **Research, Society and Development, [S. I.]**, v. 11, n. 6, 2022.

MIGUEL, L. F. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, 7(15), 590-621. 2016. DOI: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>

MICHELS, E.; MOTT, L. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil**. Relatório 2018. Grupo Gay da Bahia - GGB. Rio de Janeiro, RJ, 2019. Disponível

em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>>

NEIVAS, G. S.; BAPTISTA, A. C. Análise Exploratória de Dados Espaciais da Violência Contra LGBTQIA+ no Brasil. **Revista Brasileira de Cartografia**, [S. l.], v. 74, n. 1, p. 159–173, 2022.

OLIVEIRA, G. P., & SOUZA, L. M. Construção social da identidade de gênero na infância: reflexões e desafios. **Cadernos de Educação**, 45, e019036. doi: 10.1590/0102-1831060036. 2019.

PAIVA, V. (2008). A psicologia redescobrirá a sexualidade?. **Psicologia em Estudo**, 13(4), 641- 651. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000400002>.

PARKER, R. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo**. Editora Best Seller. 1991.

RIBEIRO, V.M.M. **Os Impactos das Imagens nas Relações dos/as Adolescentes com a sua Aparência Corporal**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia: Centro Universitário de Brasília, UniCEUB, Brasília, Distrito Federal, 2021.

ROSA, E. B. P. R. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos Pet de Filosofia**, v. 18, n. 2. 2020.

OLIVEIRA, G. P., & SOUZA, L. M. Construção social da identidade de gênero na infância: reflexões e desafios. **Cadernos de Educação**, 45, e019036. doi: 10.1590/0102-1831060036. 2019.

SANTOS, I. S., & SANTOS, J. M. Construção social da identidade de gênero e sexualidade: um diálogo entre educação e psicologia. **Psicologia em Estudo**, 23, e39554. doi: 10.4025/psicoestud.v23i0.39554. 2018.

SANTOS, J. A superação das normas de gênero restritivas e limitantes. São Paulo. 2023.

SENNA, A. M. et al. A disciplina que marginaliza corpos: o impacto da cisheteronormatividade nas subjetividades de pessoas trans. **Anais IV Desfazendo Gênero...** Campina Grande: Realize Editora. 2019.

SIENA, D.P. MESQUITA, J.S. A Violência Contra a População LGBTQIA+ No Prisma dos Direitos Humanos e Breve Análise Acerca da Evolução do Direito Brasileiro em Matéria de Diversidade. **Direito, Negócios & Sociedade | Revista Do Curso De Direito Strong**, n. 5, 2023.

SILVA et al. Identidade de gênero e orientação sexual: a sexualidade no contexto escolar. **Research, Society and Development**.2018 8. 12881182. 10.33448/rsd-v8i8.1182.

SILVA, M. E. F., BRADO, T. S. A. M., eds. **Direitos humanos, diversidade, gênero e sexualidade**: reflexões, diagnósticos e intervenções na pesquisa em educação [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

VAINFAS, R. (2017). **Trópico dos Pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Civilização Brasileira. 2017

VALSINER, J. Forms of dialogical relations and semiotic autoregulation within the self. **Theory & Psychology**, 12 (2), 251-265. 2002.

VALSINER, J. **Fundamentos da psicologia cultural**: mundos da mente, mundos da vida. (Ana Cecília de Sousa Bastos, Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2012.

VALSINER, J. Human Experience through the Lens of Culture: An invitation to psychology in a new key. In **An Invitation to Cultural Psychology**. California, USA: Sage, 2014.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris. 2018.

CAPÍTULO 03

SEXUALIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL DE JOVENS: O RECONHECIMENTO E O DIREITO À DIFERENÇA

Lívia Barbosa Pacheco Souza

<https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>

Marcella Suarez Di Santo

<https://orcid.org/0000-0002-6769-9800>

Juliana Carrijo Naves Fernandes

<https://orcid.org/0000-0002-3572-1073>

Cristiane Pereira Lima

<https://orcid.org/0000-0001-8370-6575>

Fernanda Eméri Mokfa Matitz Celuppi

<https://orcid.org/0009-0006-3200-7938>

Gabriel Antonio Ogaya Joerke

<https://orcid.org/0000-0001-9131-4416>

3. INTRODUÇÃO

A sexualidade é uma dimensão essencial da experiência humana, envolvendo aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Ao longo da história, as sociedades têm apresentado diferentes visões e compreensões sobre a sexualidade, influenciadas por normas culturais, religiosas e sociais. No entanto, é fundamental reconhecer e valorizar a diversidade sexual, entendendo que existem múltiplas formas de vivenciar e expressar a sexualidade (LOURO, 1997).

Neste contexto, a orientação sexual refere-se à atração emocional, romântica e/ou sexual que um indivíduo sente em relação a outras pessoas. Não se trata nem de instintos nem das possibilidades do corpo em relação ao desejo e ao afeto (LOURO, 1999). A diversidade das orientações sexuais inclui, mas não se limita, à heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade e pansexualidade. É importante compreender que a orientação sexual não é uma

escolha ou uma questão de opção, mas sim uma parte fundamental da identidade de cada indivíduo.

A juventude, em particular, envolve diferentes espaços e tempos de descoberta e exploração de sua identidade, incluindo a sua orientação sexual. Não se trata de atributos biológicos, já que todos nascemos com determinadas capacidades biológicas, mas todo o resto é construído pela e na cultura. Toda nossa percepção e identidade se constrói ao longo da vida. Por isso, temos tantas expressões de sexualidade e de orientações sexuais no desenvolvimento humano.

No entanto, muitos enfrentam desafios e dificuldades devido ao estigma, à discriminação e à falta de compreensão da sociedade em relação às diferentes orientações sexuais. É necessário estabelecer os direitos a diferentes formas de expressão de sexualidade e orientações sexuais, promovendo um ambiente seguro e acolhedor, no qual os jovens se sintam respeitados e apoiados em sua jornada de autodescoberta.

Para isso, neste capítulo, vamos discutir os diversos aspectos da sexualidade humana e ressaltar a importância de respeitar e entender as diferentes orientações sexuais dos jovens. Serão abordados conceitos relacionados à sexualidade e à orientação sexual, bem como os desafios enfrentados pelos jovens e as estratégias para promover uma educação sexual inclusiva e respeitosa. A partir de uma revisão bibliográfica, serão apresentadas evidências científicas e experiências práticas que enfatizam a necessidade de um olhar sensível e acolhedor para a diversidade sexual.

3.1 Sexualidade e orientação sexual no contexto brasileiro

Apesar de serem temas transversais, incluídos nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1996, 1997, 1998), retirados da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018) – ainda que estejam presentes com outras nomenclaturas como diversidade, identidade dos estudantes, entre outros – poucos professores passam por eles por diferentes motivos.

De forma breve, apresentamos alguns pressupostos teóricos e concepções de gênero e sexualidade. Partimos de uma percepção teórica que

rompe com o essencialismo e com a lógica de que sexo, sexualidade e gênero são aspectos da “natureza” humana. Compreendemos gênero e sexualidade como aspectos constitutivos da identidade dos sujeitos, portanto, estamos tratando-os como construções sociais vindas de aprendizagem adquirida ao longo da vida de comportamentos aceitos ou não aceitos (CARRARA et al., 2010).

Por esse caminho, podemos trazer alguns conceitos que fundamentam esse debate. Nas ciências sociais, gênero diz respeito à construção social do sexo anatômico, ou seja, uma distinção entre a dimensão biológica e a social. O fato de haver machos e fêmeas na espécie humana não significa que homens e mulheres se expressem por impulsos “naturais”, mas a maneira de proceder como homem e de ser mulher é realizada pela cultura e não pela anatomia de seus corpos.

Para além da diferença entre sociedade e natureza, gênero é tido como uma percepção de si a respeito de uma identidade feminina ou masculina (em nossa sociedade, somente as duas são tidas como legítimas e assim classificam as atitudes, identidades, comportamentos e papéis sociais. Há, em outras sociedades, outras classificações para gênero) em que essa percepção não tem relação direta com o sexo anatômico (órgão genital de origem).

Segundo Joan Scott (1990), o feminismo tem usado gênero no sentido de uma organização social das relações entre os sexos. Ela ainda acrescenta que em algumas sociedades existe a possibilidade do sexo neutro. E continua: “na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes”. Para a autora, gênero não se opõe a sexo, não se limita ao biológico e vai mais adiante na mera simplificação do sexo baseado na anatomia e na existência ou não de um falo. Trata-se de contextualizar histórica e socialmente os símbolos e construções simbólicas, além de evidenciar as relações de poder.

Como um elemento constitutivo, gênero aparece para o ser humano dentro de um enquadramento compreendido como ideal, mas também pode romper com as expectativas sociais e causar constrangimento e exclusões. Dessa forma, é importante compreender as formas pelas quais os indivíduos que

não atendem às normas e modelos idealizados, ou seja, a heteronormatividade compulsória, passam por diferentes formas de marginalização.

Howard Becker (1977) apresenta o conceito de desvio e desviantes (outsiders) como uma forma de compreensão do que significa estar “fora”, marginal à sociedade, em que out é fora, side é lado, ou seja, que está de fora, do lado de fora, à margem. O texto original data de 1966 (Outsiders: studies in the sociology of deviance) e serviu de referência para muitos estudos de gênero e sexualidade. O ponto central de sua argumentação está no fato de que o desvio não é uma quebra de regras ou uma recusa a adaptarem-se a certas regras sociais, mas as regras são criadas a partir de concepções e crenças de alguns que impõem seus pontos de vista em relação aos outros.

Para Becker (1977), “desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele”. Nesse sentido, o foco sai do indivíduo para as relações sociais. Ele relativiza as regras sociais e aponta que rótulos, regras e desvios são construídos por processos políticos e as sociedades têm grupos dominantes e desviantes, assim como há diferentes tipos de desvio.

Existem inúmeras formas de desvios apresentados pelo autor (BECKER, 1977). Ressaltamos aqui os desvios compreendidos como as expressões de gênero e orientações sexuais discordantes do conjunto de pressupostos impostos pela cisheteronormatividade.

Caminhamos no sentido da compreensão de que sujeitos cujas expectativas sociais de gênero que não têm relação direta com seu sexo anatômico, seja pelas disforias de gêneros, seja pelos corpos e expressões tidas como desviantes. A título de exemplo, convidamos o leitor e a leitora a refletir sobre as identidades de gênero que destoam daquelas de seu sexo anatômico, ou seja, “homens que nascem em corpos femininos”, mas que possuem uma identidade de gênero masculina e “mulheres que nascem em corpos masculinos” e possuem identidade de gênero feminina, como transexuais. Cabe explicar que essa definição de masculino e feminino é também simbólica e exemplifica a compreensão da nossa sociedade acerca dos atributos de gênero que se voltam a mulheres e homens. Em outra concepção cultural, seria possível tratarmos os sujeitos humanos em suas humanidades de maneira mais simples sem o enquadramento binário de gênero. No entanto, nos parece que exemplificar pela

binaridade é um caminho importante para o sucesso de debates em espaços de educação, em escolas e diferentes instituições de ensino e aprendizagem, formais, não formais e informais.

Isto posto, refletimos aqui sobre as multiplicidade de expressões de gênero e orientações sexuais, as mais complexas e amplas possível, tal qual as possibilidades da humanidade em si. Os conjuntos culturais simbólicos que constituem os processos de desenvolvimento humano jamais seriam capaz de categorizar exatamente as expressões humanas quanto à gênero e orientação, dada à capacidade e diversidade dos seres humanos em se reinventarem e reconstruírem suas identidades ao longo da vida.

Trata-se de uma abordagem que enfatizar a fluidez e liquidez da humanidade. Em contextos cada vez mais líquidos da sociedade digital contemporânea, nos parece risível e bastante irônico queremos definir e fixar sujeitos em expressões de gênero e orientação, de forma oposta aos diferentes movimentos e redes sociais que são criadas e encerradas. A velocidade dos tempos líquidos não condizem com expectativas fixas para a humanidade, em todos os aspectos. Sejam eles pessoais ou profissionais (BAUMAN, 2007).

Portanto, se levarmos em conta as múltiplas relações entre gênero e as expressões da sexualidade humana, deveríamos elencar, por exemplo, as possibilidades de arranjos sexuais, a fluidez e as regras, novamente, excludentes de formas de expressão da sexualidade e comportamentos sexuais que são classificados como “certos” ou “errados” a partir de valores individuais amplamente fundamentados em teorias biomédicas, que, em prol de uma “ciência da verdade” acabaram por fazer uma escolha de verdades possíveis de veiculação, ou seja, aquelas pertencentes a ordem do discurso vigente (FOUCAULT, 1996).

Michel Foucault (1988) nos apresenta muitos argumentos para compreender a sexualidade dentro de um contexto histórico em que os dispositivos da sexualidade estão intimamente ligados às relações de poder que se estabelecem nas sociedades. Para o autor, a ideia de sexualidade, tal qual a temos nos dias de hoje, é um dispositivo histórico, que foi constituído por um conjunto de saberes, práticas e instituições, que transformaram o sexo num domínio especializado de conhecimento científico e em alvo estratégico de intervenção social. “Dessa forma, o sexo passou a ser entendido como uma

energia natural, essencial à constituição do corpo e da personalidade de cada sujeito” (FOUCAULT, 1979 apud CARRARA et al., 2010).

Guacira Lopes Louro acrescenta que a sexualidade “é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades” (LOURO, 2000). O que vivenciamos cotidianamente é a normalização dessas verdades como se não fossem constructos sociais, mas algo natural que nasce e permanece com o ser humano ao longo de sua existência.

Esses processos históricos aos quais Foucault chama a atenção são objeto de estudo de muitos autores. Há alguns estudos, por exemplo, sobre a exclusão social de grupos de gays e lésbicas, iniciados em sua maioria na década de 1970, que apresentam os espaços em que casais homossexuais frequentavam como uma forma de exercerem sua vida social sem serem discriminados ou até mesmo presos.

Estudos como os de Michael Pollak (1987), Peter Fry (1982) e Humphreys (1970 apud CARRARA e SIMÕES, 2007) apresentam a homossexualidade masculina e sua trajetória de exclusão social, e os artifícios encontrados pelos homens para que pudessem estabelecer relações sexuais com outros homens sem assim serem rotulados como gays pela sociedade. Como apontam alguns estudos, há homens que fazem sexo com homens e que não necessariamente se identificam como homossexuais; ao contrário, socialmente possuem uma vida heterossexual, muitos casados e com filhos.

Após os processos de descriminalização da homossexualidade, impulsionada fortemente pela rebelião de Stonewall⁵, que foi o propulsor das organizações da sociedade em movimentos sociais pela igualdade e respeito às diferentes orientações sexuais, ainda encontramos espaços como “guetos” para gays e lésbicas frequentarem sem serem vítimas de violência por preconceito sexual. Apesar de não mais fazer parte das doenças psiquiátricas, homossexualidade ainda é vista como um problema e que necessita de correção.

⁵ Stonewall era um bar de Nova York de frequência homossexual e travesti. Constantemente abordados pela polícia, os frequentadores partiram para o confronto aberto com os policiais em 28 de junho de 1969, data que se internacionalizou como o “Dia do Orgulho Gay” (CARRARA et al., 2010).

No senso comum, esse discurso é tão recorrente a ponto de motivar inúmeros casos de violência por preconceito sexual e de gênero.

A construção do conceito de gênero se estabelece sobre o pano de fundo histórico em que foram idealizados os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres. Essa idealização, por sua vez, é tão antiga quanto a complexificação das relações sociais que ocorrem no processo de desenvolvimento das civilizações humanas. Segundo Muraro, “ao contrário da mulher, que possuía o ‘poder biológico’, o homem foi desenvolvendo o poder cultural à medida em que a tecnologia foi avançando” (2014, p.178). Há uma inversão de poderes nesse processo, colocando a figura masculina em uma posição hierarquicamente superior.

Com o advento do Cristianismo no Ocidente, o papel preponderante do homem nas relações de poder se torna cada vez mais evidente. O resultado desse processo é a construção da ideia de patriarcado que foi se naturalizando com o tempo. Nesse cenário coube à mulher um papel de submissão e obediência. Esse foi o palco em que se deu a luta das mulheres pela superação de sua condição de subalternidade, pela igualdade de direitos e pela visibilidade social.

O caminho aberto pela luta feminista, que vai desde a conquista dos sufrágio universal por meio do qual as mulheres garantiram para si a condição de cidadania, até o êxito da liberação feminina alcançada nos movimentos sociais da década de 1970 e traduzido no autocontrole sobre o corpo, o pensamento, a voz das mulheres, inspirou muitos outros grupos minoritários a lutarem por seus direitos civis. Quanto ao movimento sufragista, Schmidt afirma que “com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufrágismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a ‘primeira onda’ do feminismo” (1997, p.14). Todas essas lutas foram golpeando a ideia de superioridade hierárquica dos homens e tensionando os ideais ligados ao já consolidado pensamento patriarcal.

Em vista do exposto, acreditamos que as políticas públicas de educação podem minimizar ou extinguir qualquer tipo de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. A partir de denúncias e relatos de profissionais

da educação, se faz necessária uma política de combate ao preconceito sexual e de gênero de forma cotidiana e constante nas escolas.

3.2 Desafios e caminhos possíveis de enfrentamento à marginalização de jovens não heteronormativos

Neste item, vamos propor algumas reflexões livres acerca das teorias apresentados e às possibilidades pedagógicas da abordagem de orientação sexual de forma a promover um enfrentamento à homo/transfobias vivenciadas por jovens não heteronormativos.

Como dito anteriormente e apresentado ao longo deste livro, a juventude está imersa no debate culturais e muitas vezes não enquadrar-se a heterossexualidade compulsória significar enfrentar discriminação, estigma, preconceitos e a falta de apoio em diferentes espaços. Essa falta de aceitação levam a inúmeras consequências acarretando em questões de saúde mental, física e emocional. Portanto, é essencial criar ambientes seguros e inclusivos que promovam o respeito à diversidade sexual. A sociedade é permeada por preconceitos, estereótipos e discriminação em relação a pessoas LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Andróginos, Agêneros, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e outras identidades de gênero e orientações sexuais). Esses desafios podem ter um impacto significativo na saúde mental e emocional dos jovens LGBTQIAPN+.

Um dos principais desafios enfrentados por esses jovens é o estigma social. A homofobia, bifobia e transfobia podem levar a rejeição, exclusão social e até violência. Muitos jovens LGBTQIAPN+ enfrentam dificuldades em suas famílias, escolas e comunidades devido à falta de aceitação e ao desconhecimento sobre as diferentes orientações sexuais. O medo de serem rejeitados ou discriminados muitas vezes leva a um processo de "sair do armário" (ou "coming out"), que é a revelação da orientação sexual para outras pessoas.

A falta de apoio e compreensão também podem ter um impacto negativo na saúde mental dos jovens LGBTQIAPN+. A solidão, a ansiedade, a depressão e o isolamento social são desafios frequentemente enfrentados por esses jovens. A pressão para se conformarem aos padrões heteronormativos da sociedade pode causar conflitos internos e sentimentos de inadequação.

Além disso, os jovens LGBTQIAPN+ podem enfrentar dificuldades específicas em relação à saúde sexual. A falta de educação sexual inclusiva e informações adequadas sobre práticas seguras pode levar a comportamentos de risco, como relações sexuais desprotegidas, aumento das taxas de infecções sexualmente transmissíveis e menor acesso a serviços de saúde adequados.

É fundamental, portanto, criar ambientes seguros e inclusivos que promovam o respeito à diversidade sexual e ofereçam suporte adequado aos jovens LGBTQIAPN+. Isso pode ser feito através de iniciativas como a implementação de políticas antidiscriminatórias, programas educacionais inclusivos, treinamento de profissionais de saúde e educação sexual abrangente e sensível.

Ao enfrentar os desafios relacionados à orientação sexual, é importante lembrar que a diversidade sexual é uma parte natural e valiosa da experiência humana. A aceitação, o respeito e a compreensão são fundamentais para criar um ambiente onde todos os jovens possam se desenvolver plenamente e viver suas vidas com orgulho e autenticidade.

3.3 Estratégias para promover uma educação sexual inclusiva

A educação sexual inclusiva deve ser baseada em informações cientificamente precisas, atualizadas e livres de preconceitos. Além disso, deve incentivar o diálogo aberto, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade sexual. A formação adequada de profissionais da educação, a inclusão de temas relacionados à diversidade sexual nos currículos escolares e a parceria com organizações da sociedade civil são algumas das estratégias que podem ser adotadas.

Para promover uma educação sexual inclusiva, é importante adotar algumas estratégias que garantam a abordagem adequada e respeitosa da diversidade sexual. A seguir, apresentamos algumas sugestões:

1. **Formação de profissionais da educação:** Proporcionar formação adequada para educadores. Retomar as políticas públicas de formação de professores e profissionais da educação, saúde e assistência sociais são estratégias fundamentais para a sensibilização dos agentes públicos e profissionais que

lidam com crianças, adolescentes e jovens. Essa formação deve incluir informações atualizadas, reflexões sobre preconceitos e estereótipos, e habilidades para abordar essas questões de maneira sensível e inclusiva.

2. Inclusão nos currículos escolares: Incorporar e recuperar a transversalidade e transdisciplinaridade curricular acerca da diversidade sexual nos currículos escolares. Já tivemos contextos mais profícuos que nos últimos seis anos no país (GDE, 2009). Cada faixa etária tem uma linguagem e produção de recursos próprios adequados à compreensão, aprofundamentos e limites que devem ser construídos em diretrizes curriculares nacionais para a diversidade sexual e de gênero.

3. Promoção do diálogo e do debate: Incentivar o diálogo aberto e o debate saudável sobre questões de sexualidade e diversidade sexual em sala de aula. Proporcionar um espaço seguro para que os alunos possam expressar suas dúvidas, opiniões e experiências, promovendo a reflexão crítica e o respeito mútuo.

4. Parcerias com organizações da sociedade civil: Estabelecer parcerias com organizações e grupos LGBTQIAPN+ e outros grupos de defesa dos direitos humanos para enriquecer a educação sexual. Essas parcerias podem fornecer recursos, experiências de vivência e palestras para complementar a abordagem escolar, além de oferecer apoio e orientação para os estudantes.

5. Inclusão da perspectiva de gênero e diversidade: Abordar questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero, considerando as interseccionalidades com raça, classe social, deficiências e outros aspectos da identidade. Isso ajuda a promover uma compreensão mais ampla e a combater o preconceito e a discriminação em todas as suas formas.

6. Respeito à confidencialidade e privacidade: Garantir que as informações compartilhadas durante as aulas de educação sexual sejam tratadas com confidencialidade e respeito à privacidade dos estudantes. Isso cria um ambiente seguro e encorajador para que os alunos possam fazer perguntas, expressar suas preocupações e buscar orientação, sem medo de julgamento ou exposição indesejada.

7. Promoção da participação dos pais e responsáveis: Envolver os pais e responsáveis no processo educacional, fornecendo informações sobre os conteúdos abordados em sala de aula, esclarecendo dúvidas e promovendo o diálogo familiar sobre sexualidade. Essa parceria contribui para uma educação

sexual mais abrangente e consistente, que fortalece o apoio e a compreensão dos jovens em relação à diversidade sexual.

Ao adotar essas estratégias, é possível promover uma educação sexual inclusiva, que valoriza a diversidade e respeita a autonomia e dignidade de todos os estudantes. Essa abordagem contribui para a formação de cidadãos conscientes, empáticos e capazes de lidar de forma saudável com sua própria sexualidade e com as diferenças presentes na sociedade.

3.4 Considerações

A sexualidade e a orientação sexual são partes fundamentais da identidade humana e do processo de constituição de si. Para isto, torna-se fundamental compreender, respeitar e valorizar a diversidade sexual. Especialmente no caso dos jovens, é fundamental promover ambientes seguros e inclusivos, nos quais eles possam explorar e expressar sua sexualidade de forma autêntica e saudável.

A educação sexual desempenha um papel crucial nesse processo, fornecendo informações adequadas, combatendo preconceitos e estimulando o respeito à diversidade. Promover uma cultura de respeito e compreensão em relação às diferentes orientações sexuais é fundamental para a promoção da igualdade, da justiça social e do bem-estar dos jovens.

Portanto, é responsabilidade de instituições de ensino, famílias, profissionais da saúde e da educação trabalharem em conjunto para criar um ambiente acolhedor e inclusivo, no qual os jovens possam se sentir compreendidos, apoiados e livres para explorar sua sexualidade de maneira saudável e autêntica.

Uma educação sexual inclusiva permite que os estudantes compreendam a ampla gama de orientações sexuais e identidades de gênero, promovendo a aceitação e o respeito pela diversidade. Isso ajuda a combater o preconceito, a discriminação e a violência baseadas na orientação sexual, criando um ambiente seguro e acolhedor para todos.

Além disso, uma educação sexual inclusiva proporciona aos estudantes informações precisas e atualizadas sobre saúde sexual, prevenção de doenças, contracepção e cuidados com o corpo. Isso os capacita a tomar decisões

informadas e responsáveis sobre sua saúde sexual e a desenvolver relacionamentos saudáveis e consensuais.

Ao promover uma educação sexual inclusiva, a escola desempenha um papel importante na formação de jovens que são capazes de reconhecer e respeitar a diversidade, construir relacionamentos saudáveis e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A promoção de um ambiente acolhedor e inclusivo para os jovens explorarem sua sexualidade de maneira saudável e autêntica é uma responsabilidade compartilhada entre instituições de ensino, famílias, profissionais da saúde e da educação. Todos esses atores desempenham um papel fundamental na criação de um ambiente que respeite e valorize a diversidade sexual.

As instituições de ensino devem garantir que seus currículos e políticas estejam alinhados com uma educação sexual inclusiva. Isso implica em abordar de maneira adequada e respeitosa a diversidade sexual, incluindo conteúdos que promovam o respeito, a compreensão e a aceitação das diferentes orientações sexuais e identidades de gênero. Além disso, é importante criar espaços seguros e acolhedores nas escolas, onde os estudantes possam se expressar livremente e buscar apoio quando necessário.

As famílias têm um papel fundamental na educação sexual dos jovens. É importante que os pais e responsáveis estejam abertos ao diálogo, dispostos a fornecer informações adequadas e a responder às perguntas e dúvidas dos jovens. Ao criar um ambiente de confiança, amor e aceitação, as famílias contribuem para que os jovens se sintam confortáveis em discutir questões relacionadas à sua sexualidade.

Os profissionais da saúde e da educação desempenham um papel importante no fornecimento de informações e orientações adequadas sobre sexualidade. Eles devem estar preparados para lidar com a diversidade sexual, compreender as questões específicas enfrentadas pelos jovens LGBTQIAPN+ e oferecer um suporte sensível e inclusivo. Além disso, a formação contínua desses profissionais é essencial para mantê-los atualizados sobre as questões relacionadas à diversidade sexual e capacitados para lidar com elas de forma adequada.

Trabalhando em conjunto, esses atores podem criar um ambiente que promova o respeito, a compreensão e a aceitação das diferentes orientações sexuais dos jovens. Isso não apenas contribui para a saúde e o bem-estar dos jovens, mas também para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, na qual todas as pessoas tenham seus direitos e dignidade respeitados, independentemente de sua orientação sexual.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BECKER, H. Marginais e desviantes. In: BECKER, H. Uma Teoria da Ação Coletiva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual. 1ª a 4ª série** (v.10.2) Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual. 5ª a 8ª série** (v.10.5) Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Brasília: MEC, 2018.

CARRARA, S.; SIMÕES, J. A. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cad. Pagu** [online]. 2007, n.28, pp. 65-99. ISSN 0104-8333.

CARRARA, S. (et al). **Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade**. Sexualidade e Orientação sexual. (v.3) Rio de Janeiro: CEPESC: Brasília, DF: SPM, 2010.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRY, P. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 87-115.

GDE. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. (org.) **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MURARO, R. M. **Breve introdução histórica.** In: KRAMER, H.; SPRENGER, J. O Martelo das Feiticeiras. Tradução de Paulo Fróes. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. p. 502.

POLLAK, M. A homossexualidade masculina: ou a felicidade no gueto? In: ARIÈS, P., BÉJIN, A. (Orgs.) **Sexualidades Ocidentais.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade,** Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

CAPÍTULO 04

DESAFIOS E DISCRIMINAÇÃO: O MITO DA NEUTRALIDADE CIENTÍFICA E A INVISIBILIZAÇÃO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A POPULAÇÃO DISSIDENTE

*“Neutro, não existe nada em sociedade”
(Saffioti, 2015, p. 141).*

Juliane Mesquita Obando

<https://orcid.org/0000-0003-4054-964X>

Isabella Alves Alencar de Araujo

<https://orcid.org/0000-0003-3923-0383>

Michelle Turra

<https://orcid.org/0009-0006-2937-4833>

Cristiane Pereira Lima

<https://orcid.org/0000-0001-8370-6575>

Lívia Barbosa Pacheco Souza

<https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>

Elberto Teles Ribeiro

<https://orcid.org/0009-0009-9042-2795>

Tiago Fernando Hansel

<https://orcid.org/0000-0002-9160-842X>

José Antonio da Silva

<https://orcid.org/0000-0002-9137-220X>

Mara Darcanchy

<https://orcid.org/0000-0002-6004-4633>

Maria Angelica Henrique Dias Paulino

<https://orcid.org/0000-0003-2800-1286>

4. INTRODUÇÃO

As discussões científicas que abordam as vastas questões relacionadas à população LGBTQIAPN+ costumam esbarrar em um julgamento que defende que o que se faz não é ciência, mas uma militância (vulgarmente conhecido como ‘mimimi’) que não possui respaldo epistêmico-teórico. O que, de certa

forma, reduz as produções acadêmicas à meros “gritos” e “choros” ideológicos. Na verdade, tal fato esbarra em qualquer assunto que seja tratado como pertencente ou relacionado às minorias políticas, em que questionam o posicionamento do sujeito compreendido como supostamente universal: homem, branco, heterossexual, cisgênero, classe média, jovem, educado e de sociedades ocidentais.

Dessa forma, iniciamos a discussão sobre as possíveis relações entre a neutralidade científica e a invisibilização de produções de conhecimento que contrariam os saberes hegemônicos, elaborando a seguinte questão: existe neutralidade científica? Qual o papel do sujeito na ciência e como a partir desse conceito pode-se invalidar outros modos de viver e estar no mundo?

Observamos que o parâmetro de sujeito universal não permeia apenas a ciência, mas tem raízes profundas na nossa subjetivação e nas relações produzidas com o mundo. Ou seja, compreender como as produções sociais, políticas, religiosas, culturais, históricas e científicas auxiliam na manutenção e, de certa forma, na proteção de processos de discriminação contra as minorias políticas é fundamental para pensarmos estratégias na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e menos violenta.

Contemporaneamente, há a potencialidade de discorrer sobre assuntos que antes eram enxergados como “tabus”, periféricos ou de militância. Ou seja, rótulos que eram taxados como sendo sem caráter contributivo e essencial para o entendimento do desenvolvimento humano e saber científico. Isso nos leva a repensar como esses temas foram retratados ao longo do tempo, sob uma perspectiva social, cultural e histórica, e como chegamos ao presente, onde a violência contra a população dissidente ainda é significativa. Além disso, os conhecimentos produzidos por esses grupos são deslegitimados e os indivíduos são marginalizados de forma sistemática.

Ao abordarmos essa perspectiva, é fundamental destacar o papel das pesquisas interseccionais (COLLINS & BILGE, 2021), que oferecem uma visão mais abrangente da sociedade e de seus indivíduos, enquanto questionam estereótipos de gênero, classe social e origem étnico-racial, revelando suas articulações profundas. Essas pesquisas nos capacitam a desenvolver estratégias mais eficazes para combater a violência direcionada às minorias políticas.

A promoção de um debate crítico e reflexivo sobre questões dissidentes é fundamental para uma sociedade mais justa e igualitária, baseada em princípios democráticos. Nessa perspectiva, valoriza-se a agência das pessoas, reconhecendo-as como sujeitos ativos em seu próprio desenvolvimento, dotados de capacidade crítica, autonomia e protagonismo. Um importante ponto de discussão levantado por Tunes e Domingos (2018) é que a educação é impulsionada pelas perguntas, e não pelas respostas. Embora as autoras se refiram ao contexto escolar, esse debate pode ser ampliado para toda a sociedade. Portanto, é crucial incentivar a produção de questionamentos em vez de promover o autoritarismo, construindo espaços sociais propícios ao diálogo e ao pensamento crítico dos cidadãos em todas as esferas.

Historicamente, a sociedade brasileira é perpassada por relações de poder que contribuíram e ainda contribuem – apesar da dinamicidade e mutualidade presente no desenvolvimento dos afetos, valores e crenças sociais – para que as nossas diferenças/diversidade (singularidades) sejam transformadas em desigualdade. Tais diferenças podem ser hierarquizadas, transformadas em opostos contraditórios e, muitas vezes, intransponíveis (BARROS, 2018; DEL PRIORE 2014; GUSMÃO, 2003; SANTOS, 2005; SAWAIA, 2018; VAINFAS, 2017). Podemos observar isso nas fronteiras simbólicas rígidas (MADUREIRA, 2007) existentes entre homens/mulheres, negros/brancos/indígenas, cisgênero/transgênero, homossexuais/heterossexuais.

As fronteiras simbólicas têm o poder de definir quem pertence a "nós" e quem pertence a "eles", ou seja, a quais grupos nós fazemos parte e, principalmente, a quais grupos nós não pertencemos. No entanto, quando essas fronteiras são rígidas e promovem uma separação excludente, isso favorece a construção do preconceito, da discriminação e da violência (MADUREIRA, 2007, 2018; MADUREIRA & BRANCO, 2015). Portanto, é importante reconhecer que as identidades e as diferenças são ativamente construídas e estão relacionadas ao mundo sociocultural em que os indivíduos se inserem nas relações interpessoais. Além disso, de acordo com Madureira (2018), existe uma conexão profunda entre os processos identitários e a manutenção dos preconceitos, uma vez que ambos envolvem a marcação simbólica da diferença como fenômenos de fronteira. Nesse sentido, Silva (2014, p. 81-82) defende que:

Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam uma estreita relação. São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós e “eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”).

No contexto das relações de gênero, sexualidades e orientações sexuais, a reprodução de práticas sexistas perpetua a transformação das diferenças simbólicas entre homens e mulheres, cisgêneros e transgêneros, heterossexuais, homossexuais, bissexuais, pansexuais, entre outros, em fronteiras rígidas e intransponíveis. O sexismo e a homofobia são responsáveis por demarcar de maneira inflexível atribuições distintas entre esses grupos, fundamentadas em uma compreensão hierárquica do gênero, considerada natural sob uma perspectiva conservadora, religiosa e simplista (MADUREIRA, 2018). No cenário atual do país, observamos uma retórica conservadora que tem ressurgido nos últimos anos, promovendo discussões contrárias à prática democrática, inibindo a possibilidade de questionamentos, discussões e oposição aos pensamentos dominantes, especialmente em relação às temáticas de gênero, LGBTQIAPN+ e étnico-raciais.

O que os grupos conservadores enfatizam como práticas sociais, culturais, histórica e políticas neutras, na realidade, invisibilizam o manifesto de uma percepção mais ampla sobre a diversidade e reforça/incentiva a perpetuação de preconceitos e discriminações contra as populações vulnerabilizadas. Esse tipo de discurso pretensamente e moralmente neutro, está ancorado na padronização e em uma compreensão rasa, simplista e reducionista do ser humano, impondo padronizações e mantendo hierarquias, atribuindo juízo de valor para comportamentos, vontades, crenças e modos de ser e existir no mundo (JUNQUEIRA, 2018; MADUREIRA, BARRETO & PAULA, 2018). Essa visão não apenas desvaloriza as diferenças, mas também despreza e torna abjeto o que não está dentro dos padrões hegemônicos. Com isso, os grupos minoritários são excluídos e silenciados. Sendo importante aqui salientar que essas questões detêm caráter constituinte sobre as experiências dos indivíduos, onde quer que eles estejam, e afetam – direta e indiretamente – sua visão de mundo, suas relações e a perspectiva que tem sobre si mesmo (VALSINER, 2012).

Ao focalizarmos em questões étnico-raciais e de gênero, é importante destacar que, historicamente, o "outro" é aquele considerado o "excluído", o "mau e impuro", o "primitivo" e o "fora das normas", a partir de uma perspectiva ancorada na branquitude e na masculinidade hegemônica (SILVA, 2014). Isso resulta em uma interpretação em que as outras formas de identificação – mulheres, pessoas que fazem parte da população LGBTQIAPN+, negros, indígenas, pessoas com deficiência – são consideradas "outras" identidades, como se houvesse uma identidade única e superior sem valorizar a diversidade.

É fundamental refletir sobre o processo de exclusão e inferiorização das identidades dissidentes, ou seja, das identidades sociais não hegemônicas. Essas dinâmicas de atribuir um "lugar" a cada indivíduo merecem nossa atenção, uma vez que podem ser observadas em diversos âmbitos da sociedade, como nas representações cinematográficas, no ambiente de trabalho, no ambiente doméstico e até mesmo nas plataformas digitais. Podemos começar essa reflexão fazendo perguntas aparentemente simples, mas significativas. Por exemplo, a que cor ou etnia associamos o sucesso? Qual cor associamos à miséria e marginalidade? Por que há tantos obstáculos para que pessoas LGBTQIAPN+ possam doar sangue e participar de campanhas de saúde? Todos esses processos estão relacionados à construção das identidades, à forma como nos enxergamos, as oportunidades que temos acesso e aos grupos aos quais sentimos que pertencemos.

Tendo isso em vista, consideramos que a neutralidade científica é uma falácia, baseada no pressuposto da possibilidade de uma ciência neutra e imparcial (MADUREIRA, BARRETO & PAULA, 2018). O que ignora, desse modo, o caráter histórico, parcial e colonizador da ciência. Deve-se ter em mente que a ciência é, acima de tudo, uma produção humana. Com isso, esta é orientada por paradigmas ancorados em determinados pressupostos filosóficos, ontológicos, epistemológicos e teóricos, e, portanto, o conhecimento científico não pode ser considerado um simples reflexo da realidade, como se pudéssemos refleti-la em um espelho. A ciência está completamente envolta por questões político-existenciais (MADUREIRA & BRANCO, 2001).

4.1 Como a produção científica é afetada? Críticas à ciência

As produções científicas, especialmente em Ciências Humanas e Sociais, devem estar imbricadas de valores como a ética, rigor, consistência e sistematização de ideias; linguagem acessível, coerência, dentre outros aspectos de extrema importância para a construção de conhecimento. A prática social de produzir ciência tem benefícios significativos para a sociedade em diversos aspectos, dentre estes: questionar e inovar em termos de interpretação sobre questões que têm sido amplamente estudadas; revisar, aperfeiçoar e expandir questões epistêmico-teóricas; investigar e analisar desafios emergentes na sociedade; propor e desenvolver novas estratégias e práticas com relevância social. Dessa forma, contribui para a formação de pesquisadores atualizados e comprometidos com o avanço do conhecimento.

Quando pensamos por esses moldes, colocamos em xeque uma suposta neutralidade científica. Pois, para pensarmos a produção do conhecimento científico, também utilizamos uma abordagem epistêmico-teórica específica que direciona as observações, interpretações e análises, e a forma que estas serão colocados em prática (BRANCO & VALSINER, 1999; MINAYO, 2016; SANTOS, 2005, VALSINER, CHAUDHARY & BENETKA, 2017). Além disso, é importante levar em conta que a produção científica é permeada por questões políticas, econômicas, históricas e sociais (CHALMER, 1994; SANTOS, 2005), as quais vão muito além de apenas uma "coleta de dados", pois exigem dos pesquisadores um papel ativo e criativo em sua produção, desde a escolha do tema até as análises, levando em consideração o contexto em que vivem (BRANCO & VALSINER, 1999).

No entanto, o conceito de neutralidade científica ainda é amplamente utilizado no campo científico para conferir às pesquisas o rótulo de legítimas e verdadeiras. No entanto, autores como Thomas Laqueur (2001), Monique Wittig (2022), Donna Haraway (1995), Maldonado-Torres (2007) e muitos outros criticam veementemente a crença na neutralidade científica. Em suas obras é possível analisar que a crença na neutralidade contribui para a invisibilização das pessoas dissidentes, negando-lhes poder social e político, além de legitimar apenas os conhecimentos produzidos a partir de um sujeito universal construído pelo paradigma positivista.

Thomas Laqueur, em seu livro "Inventando o sexo: dos gregos à Freud", realiza uma análise minuciosa das construções de significado relacionadas aos corpos e às relações ao longo do tempo, considerando influências religiosas, políticas, sociais e científicas. O autor destaca como essas construções se transformaram ao longo dos séculos. Em determinado momento do livro, Laqueur afirma que "a ciência parecia estar em harmonia com as demandas da cultura" (LAQUEUR, 2001, p. 20). Além disso, a obra de Laqueur desafia a visão moderna e determinista biológica do corpo, revelando as questões morais envolvidas nas produções simbólicas que permeiam essa temática.

A crítica de Monique Wittig (2022) sobre as produções científicas está em seu livro "Pensamento hétero". A autora discute que a epistemologia adjacente à construção de uma suposta neutralidade esconde que os conhecimentos científicos são produzidos com base na naturalização da heterossexualidade. Wittig (2022) argumenta que categoricamente homens e mulheres foram categorias construídas na história e nas culturas ocidentais, e que tiveram maior legitimidade às produções científicas que não se questionavam sobre o valor moral intrínseco que essas análises e interpretações tinham. A frase da autora que ficou famosa: "lésbicas não são mulheres" buscou romper com um sujeito universal produzido pelo feminismo que compartilhava (mesmo que pelas beiradas) com o pensamento que oprimia as mulheres e evidenciou que as lésbicas/sapatonas/caminhoneiras/dykes/butches rompem com a perspectiva heterocentrada e normativa de gênero. A ruptura com o regime político heterossexual também propicia uma nova compreensão sobre até que ponto as interpretações das nossas diferenças biológicas não estão embricadas de questões morais impactadas por outras instituições sociais, sendo também reguladoras das nossas relações interpessoais.

No que tange às contribuições de Donna Haraway (1995), a autora acrescenta acerca da concepção essencialista e partidária – e assim, não neutra – em relação ao corpo, gênero e sexualidade humana. Segundo a autora, essas características não surgem de forma espontânea em cada indivíduo recém-nascido, mas são inscritas e configuradas por meio de repetições e recitações constantes de códigos socialmente investidos como "naturais", como os códigos masculinos e femininos. Assim, a ideia de "natureza humana" tem origem nas negociações contínuas das fronteiras entre humanos e animais, corpo e

máquina, sujeito e cultura. As performances de gênero são como linguagens carregadas de um poder histórico que visa legitimar um corpo como masculino ou feminino, punindo todos aqueles que desafiam o sistema binário tradicional de gênero.

Para a autora, a identidade sexual/de gênero é efeito das práticas culturais sobre o corpo, e não uma expressão pré-discursiva e instintiva da constituição física do sujeito. A autora propõe o conceito de "corpo ciborgue", que desafia a dicotomia entre natureza e cultura ao reconhecer como modificamos nosso corpo, resultando em uma entidade híbrida. Nesse sentido, não existe uma natureza pura (biologia) e nem tudo o que é humano é puramente cultural. A linguagem nos constitui ao mesmo tempo em que somos constituídos por afetos. É importante destacar que os humanos constroem a linguagem de forma contínua, incorporando o papel do corpo e da afetividade ao longo desses processos em um processo infinito.

No processo de desmistificação do mito da neutralidade científica, é crucial dar a devida visibilidade às contribuições de Maldonado-Torres (2007) em relação ao pensamento colonialista ainda presente na prática científica. Em suas palavras (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 129), "respiramos a colonialidade diariamente". O autor argumenta que, embora o período colonial tenha chegado ao fim em países da América Latina, resquícios da colonialidade persistem em nossas relações sociais. Essas relações se manifestam em diversas esferas, como nas relações de trabalho, na formulação de teorias e na prática científica orientada por modelos estadunidenses e europeus, nos padrões de beleza globalizados e nas dinâmicas de poder e violência.

Em seu capítulo dedicado à decolonialidade do ser, Maldonado-Torres (2007) aborda como, a partir do contexto da colonização europeia nas Américas, novas identidades foram criadas, categorizando as pessoas como brancas (os colonizadores), indígenas, negras e mestiças. Essa categorização resultou na atribuição de graus diferentes de humanidade a cada grupo, com algumas identidades sendo consideradas superiores a outras. Essas práticas discriminatórias contribuíram para a perpetuação da desigualdade, violência e preconceito nas relações interpessoais. Certas identidades eram — e ainda são, em certos contextos — vistas como "menos humanas" ou "objetos" a serem usados pela identidade predominante, ou seja, pelo homem heterossexual

branco ocidental. A partir disso, podemos inferir que foi estabelecido, por exemplo, quem tinha (e ainda tem) o direito de produzir conhecimento, enquanto outros são interpretados como "objeto" de estudo e ciência. Surge então a pergunta: quem tem o direito de fazer ciência? Por que um artigo de um pequeno país europeu tem mais relevância, validação, aceitação e divulgação do que uma produção latino-americana?

Para elucidar o que queremos problematizar neste capítulo, seguem os "curiosos" exemplos: discursos frequentes questionando se os indígenas possuíam alma; a escravidão e exploração dos negros baseadas na crença de sua suposta inferioridade em relação aos brancos; a luta árdua das mulheres para conquistar direitos como o voto, o acesso à educação universitária e o trabalho fora do âmbito doméstico; a produção de diagnóstico e práticas perversas com aval científico contra pessoas LGBTQIAPN+.

Destarte, concluímos que é imprescindível que em diversos espaços sociais, especialmente na Academia e em outras instituições relacionadas à produção científica, busquemos conhecimentos que elucidem as implicações dos diferentes fatores histórico-culturais, como a colonização e as vivências locais e regionais, na forma como interpretamos e compreendemos o ser humano, seu desenvolvimento e suas construções. Bem como, igualmente, devemos fornecer ou encontrar soluções para amenizar este fenômeno. É sumariamente importante explicitar e compreender, na produção científica, os fundamentos epistemológicos e ontológicos que fundamentam os conhecimentos produzidos.

4.2 Considerações finais

Neste capítulo buscamos demonstrar como o mito da neutralidade científica impacta significativamente na deslegitimação e na invisibilização de produções científicas de temas que abarcam questões LGBTQIAPN+, de gênero e étnico-raciais. Assim como também, reafirmamos a importância de apresentar essa lacuna e como esta se produz, fornecendo também explicações sobre como alguns autores buscam criticá-las e saná-las.

Desconstruir o mito da neutralidade científica é também retirar a máscara que esconde visões reducionistas, de padrões hegemônicos e dominantes, as

quais ignoram, excluem, marginalizam e propiciam práticas discriminatórias e violentas contra a população dissidente. Toda pesquisa é fundamentada em abordagens epistêmico-teóricas, pela criatividade e interesse dos pesquisadores e como estes se relacionam com os outros, o mundo e consigo mesmos.

O reconhecimento e a valorização da diversidade, bem como a crítica aos modelos tradicionais de produção científica, não apenas redirecionam o curso da ciência, mas também tornam tais produções mais abrangentes, relevantes e responsáveis ao analisar os fenômenos estudados. Isso abre margem para construirmos estratégias mais efetivas e significativas para resolvermos questões sociais complexas, enquanto evitamos que nossos conhecimentos sejam taxativos e discriminatórios em relação às populações dissidentes. Desconstruir o mito da neutralidade científica é imprescindível para que possamos viver em um mundo mais justo, igualitário e equitativo.

Ser um pesquisador é assumir uma responsabilidade social, o que implica reconhecer as próprias potencialidades, bem como as dificuldades e desafios existentes no campo de atuação, buscando transformá-los. Um exemplo concreto disso é a busca por maior financiamento para temas de pesquisa relevantes. Como pesquisadores, estudiosos e cientistas, é nosso dever reconhecer a diversidade epistêmica e restabelecer o significado e a importância da "diferença trans-ontológica" (MALDONADO-TORES, 2007). Nesse sentido, devemos estar comprometidos com a promoção de uma ciência inclusiva e engajada, capaz de abordar e valorizar as múltiplas perspectivas e ontologias presentes em nosso mundo.

Devido ao fato de considerarmos igualmente importante a ampliação das referências de pesquisadores que trabalhem com esses assuntos, abaixo montamos uma lista que não está completa – longe disso –, mas que busca incidir curiosidade para que vocês, leitores, tenham a oportunidade de conhecer e, também, de utilizar tanto para fins pessoais, quanto profissionais e acadêmicos.

- Pesquisadores brasileiros/as/es: Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Beatriz Pagliarini Bagagli, Berenice Bento, Bruna Benevides, Carla Akotirene, Céu Cavalcanti, Conceição Evaristo, Guacira Lopes Louro, Heleieth Saffioti, Helena Vieira, Jaqueline Gomes de Jesus, Juliana Borges, Kabengele Munanga, Lélia Gonzalez, Letícia Nascimento, Neusa Souza Santos, Margareth

Rago, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Pedro Paulo Gomes Pereira, Richard Miskolci, Silvio Luiz de Almeida, Sueli Carneiro...

- Pesquisadores estrangeiros/as/es: Achille Mbembe, Aimé Césaire, Angela Davis, Aníbal Quijano, Audre Lorde, Angela Davis, bell hooks, Catherine Walsh, Enrique Dussel, Gayatri Spivak, Gloria Anzaldúa, Grada Kilomba, Joan Scott, Judith Butler, Julieta Paredes Carvajal, María Lugones, Michel Foucault, Ochy Curiel, Oyèrónkẹ Oyěwùmí, Patricia Hill Collins, Sam Bourcier, Silvia Federici, Teresa de Lauretis Walter Mignolo, Yuderkys Espinosa Miñoso...

REFERÊNCIAS

- BARROS, J. D. Igualdade e diferença: uma discussão conceitual mediada pelo contraponto das desigualdades. **Revista Brasileira de Educação**, 23, pp. 1-25. 2018. <https://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782018230093>
- BRANCO, A. U., & VALSINER, J. A questão do método na Psicologia do Desenvolvimento: uma perspectiva co-construtivista. Em M. G. T. Paz, & A. Tamayo (Orgs.), **Escola, Saúde e Trabalho**: estudos psicológicos. Editora Universidade de Brasília. 1999.
- CHALMERS, A. **A fabricação da ciência**. Editora Unesp. 1994
- COLLINS, H. C. & BILGE, S. **Interseccionalidade**. Boitempo. 2021.
- DEL PRIORE, M. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta. 2014.
- GUSMÃO, N. M. M. Os desafios da diversidade na escola. Em N. M. M. Gusmão (Org.). **Diversidade, cultura e educação** (p. 83-105). Biruta. 2003.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, (5), 7-41. 1995.
- JUNQUEIRA, R. D.. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político- discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, 18(43). 449-502. 2018.
- LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**: Corpo e gênero dos gregos a Freud. Relume-Dumará. 2001
- MADUREIRA, A. F. A. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola**: a construção de uma cultura democrática. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília. 2007.
- MADUREIRA, A. F. A. Social Identities, Gender, and Self: Cultural Canalization in Imagery Societies. In A. Rosa & J. Valsiner (Eds.), **The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology** (pp. 597-614). Cambridge University Press. 2018.
- MADUREIRA, A. F. A. & BRANCO, A. U. Pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. **Temas em Psicologia da SBP**, 9(1), 63-75. 2001.
- MADUREIRA, A. F. A., & BRANCO A. U.. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas em Psicologia**, 23(3), 577-591. 2015. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-05>
- MADUREIRA, A. F. A.; BARRETO, A. L. C. S. & PAULA, L. D. Educação, política e compromisso social: desconstruindo o mito da neutralidade

pedagógica. Em E. Tunes (Org.), **Desafios da educação para a psicologia** (pp. 137-153). CRV. 2018.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la decolonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un cepto. Em: Castro-Gomez, S.; & Grosfoguel, R. (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global** (pp. 127-167). Instituto Pensar. 2007.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Vozes. 2016

SANTOS G. Filosofia e as gentes – um estudo sobre a origem das diferenças. Em D. J. Silva & R. M. C. Libório (Orgs.), **Valores, preconceitos e práticas educativas** (pp. 57-71). Casa do Psicólogo. 2005.

SAWAIA, B. B. Identidade – Uma ideologia separatista? Em B. B. Sawaia (Org.), **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social** (pp. 121-129). Vozes. 2018.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. Em T. T. Silva (Org.), **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** (pp. 73-102). Vozes. 2014.

VAINFAS, R. **Trópico dos pecados**. Editora José Olympio. 2017.

TUNES, E. & DOMINGOS, T. P. Educação e aprendizagem: conceitos equivalentes ou correlatos? Em E. Tunes (Org.), **Desafios da educação para a psicologia** (pp. 11-26). CRV. 2018.

VALSINER, J., CHAUDHARY, N., & BENETKA, G. From methodology to methods in **human psychology** (pp. 1-92). Cham: Springer International Publishing. 2017.

VALSINER, J. **Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida**. Artmed. 2012.

WITTIG, M. **Pensamento hétero e outros ensaios**. Autêntica. 2022.

WOODWARD K. Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T. Silva (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** (pp. 7- 72). Vozes. 2014.

CAPÍTULO 05

**SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA: ABORDAGEM DOS TEMAS
RELACIONADOS À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DOS JOVENS,
INCLUINDO PREVENÇÃO DE DOENÇAS SEXUALMENTE
TRANSMISSÍVEIS, CONTRACEPÇÃO E DIREITOS REPRODUTIVOS**

Ana Tereza Ramos de Jesus Ferreira

<https://orcid.org/0000-0002-9238-3445>

Cristiane Pereira Lima

<https://orcid.org/0000-0001-8370-6575>

Edelino Alves dos Santos

<https://orcid.org/0000-0001-9267-8166>

Marcos Vinicius Afonso Cabral

<https://orcid.org/0000-0002-1328-313X>

Gabriel Maçalai

<https://orcid.org/0000-0003-1020-4587>

Eliédna Aparecida Rocha de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0002-2207-3775>

Paulo Alves da Silva

<https://orcid.org/0000-0002-0344-2942>

Fernando Luiz Cas de Oliveira Filho

<https://orcid.org/0000-0003-2284-2340>

Refletir sobre a saúde sexual e reprodutiva dos jovens envolve uma série de aspectos, entre eles a educação sexual, o acesso aos serviços de saúde, a prevenção de DST e a garantia dos direitos reprodutivos. Os jovens enfrentam desafios específicos relacionados à sua sexualidade e reprodução, como a falta de informação adequada, o estigma social, a pressão dos pares e as barreiras ao acesso aos serviços de saúde. Os estudos de Brêtas (2011), no estado de São Paulo, com 920 adolescentes, indicou que apenas 1% do grupo feminino, não houve registro por parte do grupo masculino, buscava informações sobre sexualidade na rede de saúde, em sua grande maioria. Portanto, é fundamental abordar essas questões de maneira abrangente e efetiva. De acordo com Brêtas (2011, p. 3223) as fontes de informações dos jovens são

Quanto ao conhecimento sobre sexo e sexualidade, 49% masculino / 51% feminino consideraram suficiente seu grau de conhecimento sobre o assunto, enquanto que 43% masculino / 41% feminino consideravam insuficiente. Como fonte de informação sobre sexualidade, 31% masculino / 36% feminino procuravam os pais, 24% masculino / 31% feminino os amigos, 1% feminino buscavam profissionais da área da saúde, 2% feminino informações em livros, 9% masculino / 7% feminino os professores e 22% masculino / 13% feminino não conversavam com ninguém sobre o assunto.

É importante salientar que o investimento na saúde sexual e reprodutiva dos jovens pode contribuir para a redução da taxa de gravidez na adolescência, diminuição da transmissão de DST e o aborto, uma vez que ele “[...] tem sido considerado um problema de saúde pública por ser, na grande maioria das vezes, praticado clandestinamente em locais e por profissionais despreparados para o procedimento (BRÊTAS, 2011, p. 3226). Desta forma, essas questões têm impacto não apenas na vida dos jovens, mas também na sociedade como um todo.

Na perspectiva de discutir esse tema, estabelecemos como objetivo deste estudo analisar a abordagem dos temas relacionados à saúde sexual e reprodutiva dos jovens, com foco na prevenção de DSTs, contracepção e direitos reprodutivos. Serão exploradas as principais estratégias e intervenções adotadas, bem como as barreiras e desafios enfrentados na promoção da saúde sexual e reprodutiva dos jovens. Além disso, busca-se fornecer recomendações para a melhoria das políticas e práticas nessa área, visando o bem-estar e a qualidade de vida.

Quanto ao percurso metodológico, neste estudo aplicamos a revisão de literatura, entendida como um processo “[...] de busca, análise e descrição de determinado assunto ou campo do conhecimento em busca de maior delimitação sobre um campo de pesquisa” (FLOR *et al.* 2021, p. 1). Para tanto, foram consultadas as seguintes bases científicas: *PubMed*, *Scopus* e *Web of Science* e *Google Scholar*, empregando os descritores: “saúde sexual”, “adolescência”, “sexo”, “preconceito”, “jovens”, “prevenção de DSTs”, “contracepção” e “direitos reprodutivos” com variações dos operadores booleanos AND e OR, além de livros, anais, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, documentos e leis.

A interpretação das informações foi feita à luz da teoria da Psicologia Histórico-Cultural (FONSECA; NEGREIROS, 2019; FREITAS, 2007) que busca o entrelace entre as informações e todos os fatores que contribuíram para gerar determinado fenômeno, entendendo que para compreender uma determinada situação, faz-se necessário conhecer a sua gênese, a sua história e o seu contexto.

5. A LITERATURA E A SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DOS JOVENS

Abordar os direitos reprodutivos dos jovens, pressupõe uma compreensão conceitual do que sejam esses direitos, assim

Os direitos sexuais dizem respeito ao direito de viver a sexualidade, com respeito pelo próprio corpo e pelo do parceiro; de escolher o(a) parceiro(a) sexual sem medo, culpa, vergonha ou falsas crenças; de escolher se quer ou não ter uma relação sexual, independentemente do fim reprodutivo; de expressar livremente sua orientação sexual; de ter acesso à informação e à educação sexual e reprodutiva; entre outros que possibilitam a expressão livre da sexualidade [...]. (BRASIL, 2018, p. 8).

Aprofundando a questão, os direitos reprodutivos dos jovens englobam o direito à informação, à educação sexual abrangente, à contracepção, ao acesso a serviços de saúde reprodutiva, à escolha reprodutiva e ao planejamento familiar. Esses direitos estão ancorados em princípios de autonomia, igualdade de gênero e respeito aos direitos humanos. (BRASIL, 2013).

Desse modo, é importante, especificar os direitos sexuais e reprodutivos os quais são reconhecidos por leis, documentos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, e estão listados no documento organizado pelo

Ministério da Saúde (BRASIL, 2009, p. 4) denominado **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**, o qual você leitor, pode ter acesso pelo link: [<http://bvsmms.saude.gov.br/>](http://bvsmms.saude.gov.br/), o documento traz informações claras e objetivas sobre o uso de métodos contraceptivos, aborda a anatomia do corpo da mulher e do homem e respectivos órgãos sexuais e define os:

Direitos reprodutivos

a) *Direito das pessoas de decidirem, de forma livre e responsável, se querem ou não ter filhos, quantos filhos desejam ter e em que momento de suas vidas;*

b) *Direito a informações, meios, métodos e técnicas para ter ou não ter filhos;*

c) *Direito de exercer a sexualidade e a reprodução livre de discriminação, imposição e violência.*

Direitos sexuais

a) *Direito de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações e imposições e com respeito pleno pelo corpo do(a) parceiro(a);*

b) *Direito de escolher o(a) parceiro(a) sexual;*

c) *Direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças;*

d) *Direito de viver a sexualidade independentemente de estado civil, idade ou condição física;*

e) *Direito de escolher se quer ou não quer ter relação sexual;*

f) *Direito de expressar livremente sua orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, entre outras;*

g) *Direito de ter relação sexual independente da reprodução;*

h) *Direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e de DST/HIV/AIDS;*

i) *Direito a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação;*

j) *Direito à informação e à educação sexual e reprodutiva.*

Alguns pontos observados pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2013) em relação a saúde sexual e reprodutiva dos jovens, envolvem um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social em relação à sexualidade e à capacidade

de reprodução. Isso inclui a promoção de relações sexuais seguras, prazerosas e consensuais, o acesso a informações e serviços de saúde sexual, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a garantia dos direitos reprodutivos.

Para Alves e Assunção (2021, p. 251) a abordagem adequada dos temas relacionados à saúde sexual e reprodutiva dos jovens se configura como Direitos Humanos, “[...] sendo essenciais para compreender os processos de saúde e bem-estar da população.” Esta afirmação reforça a importância de pesquisas como a desenvolvida por Souza *et al.* (2022, p. 10) que identificou a seguinte situação

Este estudo mostrou que houve piora na prevalência dos comportamentos sexuais de risco em adolescentes brasileiros, incluindo o aumento da gravidez em algumas regiões do país. Também foram observadas algumas desigualdades, no sentido de haver maior risco à saúde sexual e reprodutiva de jovens que frequentam as escolas públicas e vivem no Nordeste e Norte. Destaca-se, ainda, o aumento da iniciação sexual precoce, da história de gravidez na adolescência e das orientações recebidas nas escolas.

A pesquisa de Sousa *et al.* (2022) evidencia o papel fundamental da escola na formação dos jovens, demonstrando que ela deve ir além do processo de ensino e aprendizagem do conhecimento acadêmico, envolvendo também a educação sexual, que se constitui como um dos temas transversal de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais:

De forma diferente, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a construir um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. Propõe-se que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde com as crianças e os jovens as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições da sociedade. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e ao explicitar e debater os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus (BRASIL, 1997, p. 299).

E assim ao desenvolver esse trabalho a escola concorre para “[...] aumento do rendimento escolar (devido ao alívio de tensão e preocupação com

questões da sexualidade) e aumento da solidariedade e do respeito entre os alunos. [...] No caso dos adolescentes, as manifestações da sexualidade tendem a deixar de ser fonte de agressão, provocação, medo e angústia, para tornar-se assunto de reflexão” (BRASIL, 1997, p. 300).

Neste sentido, concordamos com Lionço (2008) e Silva *et al.* (2022) quando afirmam que a população LGBTQIAPN+⁶ se encontra em uma situação de vulnerabilidade e risco, devendo ter um olhar diferenciado pelas políticas públicas, visto que “Os adolescentes que tiveram relacionamentos homossexuais e bissexuais estão mais expostos a fatores de risco à saúde do que aqueles que se envolvem em comportamento heterossexual, indicando possíveis prejuízos à sua saúde” (SILVA, *et al.* 2022, p. 11901), o que poderia influenciar de maneira positiva a igualdade de gênero, a autonomia e o empoderamento dos jovens, permitindo-lhes tomar decisões informadas sobre sua sexualidade e reprodução.

Entre essa e outras questões Taquette, Vilhena e Paula (2004) alertam para as consequências que as DST podem provocar a curto prazo, como: uretrites, salpingites; e a longo prazo, infertilidade, gravidez ectópica ou câncer de colo uterino. Os dados são bastante alarmantes:

[...] dados do Boletim Epidemiológico HIV/Aids revelaram aumento de 64,9% das ISTs entre jovens de 15 a 19 anos e de 74,8% para os de 20 a 24 anos, entre 2009 e 2019. Para a infectologista Fabiana Lopes Custódio, médica do Centro de Saúde Escola Dr. Joel Domingos Machado, ligado à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) da USP, o crescimento se deve a uma falsa sensação de segurança que essa parcela da população sente, principalmente por não ter vivenciado as epidemias de HIV e Aids na década de 1980 (LOURENÇO, 2021, n.p).

Na perspectiva de evidenciar a gravidade em relação a contaminação dos adolescentes com doenças sexualmente transmissíveis Lourenço (2021, n.p) aborda outro aspecto da pesquisa, que já mencionamos antes, no estudo de Brêtas (2011), sobre o acesso a informação

Ainda de acordo com a pesquisa, 15% dos jovens de 12 a 18 anos já tiveram alguma relação sexual, mas 44% não usaram preservativo na primeira vez e 35% não usam ou raramente usam a camisinha. Entre os meninos, 38% afirmaram não saber sequer colocar a camisinha. Para os que estão iniciando a vida sexual, SR aconselha que conheçam as pessoas com quem vão se relacionar e diz que “as

⁶ LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

relações sexuais, antes de mais nada, precisam de diálogo”. Além disso, recomenda que façam uso das medidas preventivas, pois, “o HIV não é o fim, mas você pode evitá-lo”.

Buscando ampliar essa discussão sobre a prevenção de DST, bem como de uma gravidez indesejada ou inesperada é importante debater o fato de que a relação sexual envolve duas pessoas, portanto a prevenção deve ser responsabilidade dos dois envolvidos, no que tange às relações cisgêneras, geralmente a responsabilidade recai sobre a mulher, resquício da sociedade patriarcal e machista na qual vivemos (AMARAL, *et al.* 2017; INACIO; FONSECA, 2018).

Desta forma, é fundamental conhecer os métodos contraceptivos e protetivos, antes de iniciar a vida sexual e entender que cada um deles traz vantagens e desvantagens para o usuário. Os métodos são classificados em cirúrgicos, hormonais, emergencial, de barreira e comportamentais conforme as tabelas abaixo:

Tabela 1: Métodos cirúrgicos

Métodos Cirúrgicos			
São métodos contraceptivos definitivos que promovem a esterilização. Podem ser realizados tanto na mulher, por meio da ligadura das trompas, como no homem, através da vasectomia.			
Método	Vantagem	Desvantagem	Cuidados
Ligadura das trompas (laqueadura ou ligadura tubária)	É um método muito eficaz e permanente.	Não protege contra as IST/HIV/AIDS; é um procedimento definitivo e nem todos tem acesso a cirurgia de reversão;	Nem todos podem realizá-la, e nem sempre alcança sucesso.
Vasectomia	É um método muito eficaz, permanente, mais simples e de baixo custo.	Não protege contra as IST/HIV/AIDS;	Nem todos tem acesso a cirurgia de reversão, e nem todos podem realizá-la.

Elaborada pelos autores com base em CASSTUFRRJ, 2023.

Tabela 2: Métodos Hormonais

Métodos Hormonais			
São comprimidos que contém hormônios esteroides isolados ou em associação com outros hormônios.			
Método	Vantagem	Desvantagem	Cuidados
Pílulas (anticoncepcionais)	Quando usado corretamente é um método seguro para evitar a gravidez.	Não protege contra as IST/HIV/AIDS; algumas mulheres não podem usar este método (grávidas ou com suspeita de Gravidez,	Se houver esquecimento, a mulher pode engravidar.

		com algumas doenças cardíacas e vasculares, doença hepática ativa etc.);	
Anticoncepcional Hormonal Injetável	São muito eficazes para evitar a gravidez.	Não protege contra as IST/HIV/AIDS; pode causar cefaleia, ganho de peso,	Algumas mulheres não podem usar este método (com múltiplos fatores de risco para doença cardiovascular, hipertensão arterial, antecedente de acidente vascular cerebral e outros).
Implantes Subcutâneos	Método de longa duração (dura três anos) e são muito eficazes para evitar a gravidez.	Não protege contra as IST/HIV/AIDS;	Pode causar cefaleia, ganho de peso, acne, dor nas mamas, sangramento menstrual, dor abdominal, inflamação ou infecção no local dos implantes, entre outros.

Elaborada pelos autores com base em CASSTUFRRJ, 2023.

Tabela 3: Método emergencial

Métodos emergencial			
Este método deve ser usado somente em situações emergenciais, para evitar uma gravidez indesejada após relação sexual desprotegida, e não de forma regular para substituir outro método anticoncepcional.			
Método	Vantagem	Desvantagem	Cuidados
Conhecido como “pílula do dia seguinte”.	A sua eficácia está relacionada entre o tempo em que ocorreu a relação sexual e a sua administração. Quando mais cedo for administrada, a sua eficácia será maior.	O prazo máximo para uso deste método é de até cinco dias (120 horas) após a relação sexual desprotegida.	O uso repetitivo ou frequente da anticoncepção de emergência compromete sua eficácia.

Elaborada pelos autores com base em CASSTUFRRJ, 2023.

Tabela 4: Métodos de Barreira

Métodos de Barreiras			
Esses métodos evitam a entrada do esperma no útero e alguns protegem das IST.			
Método	Vantagem	Desvantagem	Cuidados
Preservativos masculinos e femininos	Também conhecidos como camisinhas, são descartáveis e evitam uma possível gravidez, bem como protege das IST. não faz mal à saúde; oferece grande segurança quando usado corretamente.	Muitas pessoas se queixam de que o método interfere na relação sexual, mas a camisinha pode ser usada como um meio de aproximar e estimular a intimidade entre os parceiros.	Cada camisinha deve ser utilizada somente uma vez.

Diafragma	Não faz mal à saúde, pois não interfere no funcionamento do corpo; quando usado corretamente é um método seguro.	Não protege contra todas as IST/HIV/AIDS; não deve ser utilizado durante a menstruação;	Seu uso exige disciplina.
Espermicida	Pode ser usado sozinho, porém é mais seguro quando associado com outros métodos contraceptivos (camisinha, diafragma), já que sua eficácia é baixa: a taxa de gravidez é de 6 para cada 100 mulheres, no primeiro ano de uso. Simples de usar.	Não protege contra as IST/HIV/AIDS; a sua eficácia é de apenas uma hora após a aplicação; uma nova dose deve ser reaplicada a cada relação sexual;	Pode ocasionar irritação ou alergia na vagina ou no pênis, bem como fissuras e microfissuras na mucosa vaginal ou retal, quando usado com muita frequência.
DIU (Dispositivo intrauterino)	é um método de alta eficácia; pode ser usado por longos períodos, até a menopausa; a fertilidade retorna logo após a sua remoção.	Não protege contra as IST/HIV/AIDS;	Pode desencadear a doença inflamatória pélvica em algumas mulheres.

Elaborada pelos autores com base em CASSTUFRRJ, 2023.

Tabela 5: Métodos Comportamentais

Métodos Comportamentais			
Também são conhecidos como métodos de abstinência periódica ou métodos naturais.			
Método	Vantagem	Desvantagem	Cuidados
<p>Muco Cervical – Billings Esse método depende da auto-observação para identificar o período fértil através das mudanças do muco cervical e da sensação de umidade na vagina ao longo do ciclo menstrual.</p>	Estes métodos podem ser eficazes quando usado de forma correta e consistente; são mais simples e de baixo custo.	Não protegem contra as IST/HIV/AIDS; são pouco eficazes no uso rotineiro ou habitual, apresentando uma taxa de gravidez de 20 em 100 mulheres no primeiro ano de uso;	Não estão indicados para mulheres cuja gravidez constitui risco de vida.
<p>Sintotérmico Este método combina múltiplos indicadores da ovulação, a fim de determinar o período fértil com maior precisão e confiabilidade.</p>			
<p>Método dos Dias Fixos ou Método do Colar Este método é uma simplificação do método da tabela. Ajuda a identificar com mais facilidade o período fértil do ciclo menstrual.</p>			

Fonte: Elaborada pelos autores com base em CASSTUFRRJ, 2023.

Em vista dos dados disponibilizados nas tabelas 1, 2, 3, 4 e 5 fica evidente a importância do acesso a informações claras sobre as opções

contraceptivas/protetivas para que os jovens possam fazer escolhas adequadas e conscientes.

De acordo com Silva, Siqueira e Rocha (2009), a falta de informações adequadas sobre métodos contraceptivos é um desafio significativo enfrentado pelos jovens. A ausência de educação sexual abrangente nas escolas e a falta de acesso a informações confiáveis contribuem para a ocorrência de gravidez não planejada e o aumento do risco de contrair DST, demandando formação docente específica na área, conforme apontam os estudos de Brittos, Santos e Gagliotto (2013).

As Doenças Sexualmente Transmissíveis são transmitidas, principalmente, pelo contato sexual sem o uso do preservativo, ou seja, a camisinha e uma pessoa infectada pode se torna um agente de transmissor, na tabela a seguir abordaremos algumas DST e suas principais características

Tabela 6: Doenças Sexualmente Transmissíveis

DST	Sintomas
<i>Aids</i>	Causada pela infecção do organismo humano pelo HIV (vírus da imunodeficiência adquirida). O HIV compromete o funcionamento do sistema imunológico humano, impedindo-o de executar adequadamente sua função de proteger o organismo contra as agressões externas, tais como: bactérias, outros vírus, parasitas e células cancerígenas;
<i>Cancro mole</i>	Também chamada de cancro venéreo, popularmente é conhecida como cavalo. Manifesta-se através de feridas dolorosas com base mole;
<i>Sífilis</i>	Manifesta-se inicialmente como uma pequena ferida nos órgãos sexuais (cancro duro) e com ínguas (caroços) nas virilhas. A ferida e as ínguas não doem, não coçam, não ardem e não apresentam pus. Após um certo tempo, a ferida desaparece sem deixar cicatriz, dando à pessoa a falsa impressão de estar curada. Se a doença não for tratada, continua a avançar no organismo, surgindo manchas em várias partes do corpo (inclusive nas palmas das mãos e solas dos pés), queda de cabelos, cegueira, doença do coração, paralisias;
<i>Herpes</i>	Manifesta-se através de pequenas bolhas localizadas principalmente na parte externa da vagina e na ponta do pênis. Essas bolhas podem arder e causam coceira intensa. Ao se coçar, a pessoa pode romper a bolha, causando uma ferida;
<i>Gonorréia</i>	É a mais comum das DST. Também é conhecida pelo nome de blenorragia, pingadeira, esquentamento. Nas mulheres, essa doença atinge principalmente o colo do útero;
<i>Condiloma acuminado ou HPV</i>	É uma lesão na região genital, causada pelo Papilomavirus Humano (HPV). A doença é também conhecida como crista de galo, figueira ou cavalo de crista;

Clamídia	também é uma DST muito comum e apresenta sintomas parecidos com os da gonorréia, como, por exemplo, corrimento parecido com clara de ovo no canal da urina e dor ao urinar. As mulheres contaminadas pela clamídia podem não apresentar nenhum sintoma da doença, mas a infecção pode atingir o útero e as trompas, provocando uma grave infecção. Nesses casos, pode haver complicações como dor durante as relações sexuais, gravidez nas trompas (fora do útero), parto prematuro e até esterilidade;
-----------------	--

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base em Biblioteca da Saúde Vital, 2023. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/doencas-sexualmente-transmissiveis-dst/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

As informações disponibilizadas na tabela 6 tem caráter apenas informativo, conforme consta na página consultada do Ministério da Saúde, apenas médicos e cirurgiões-dentistas habilitados podem fazer o diagnóstico e recomendar o tratamento adequado, portanto ao sinal de qualquer um dos sintomas, procure um profissional da saúde.

Entretanto, é importante esclarecer que os jovens enfrentam diversas barreiras e desafios na garantia de seus direitos reprodutivos. Isso inclui a falta de acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, a discriminação de gênero, o estigma social em relação à sexualidade dos jovens, a falta de informação adequada e a restrição de direitos por motivos culturais, religiosos ou políticos. Superar essas barreiras é essencial para promover a saúde e o bem-estar dos jovens e garantir o exercício pleno de seus direitos reprodutivos (MORAES; VITALLE, 2015).

Outro aspecto importante a ser considerado é a gravidez na adolescência que se constitui em um desafio único para os adolescentes, em particular para as meninas (AMARAL *et al.*, 2017) levando as vezes a interrupção dos estudos, a limitação das oportunidades de carreira e os impactos emocionais e financeiros. Além disso, a gravidez na adolescência está associada a maiores riscos de complicações para a saúde da mãe e do bebê (BRASIL, 2013).

Os jovens são particularmente vulneráveis às DST devido à falta de conhecimento sobre práticas sexuais seguras, falta de acesso a preservativos e testagem regular, bem como à exposição a comportamentos de risco, como relações sexuais desprotegidas e múltiplos parceiros. As DST podem ter impactos significativos na saúde física e emocional dos jovens, incluindo complicações de saúde a longo prazo. Em seus estudos Moraes e Vitalle (2015) argumentam sobre o baixo nível de acesso a informação por parte dos jovens

brasileiros em relação a sexualidade, principalmente em relação as meninas, o que acaba por aumentar a vulnerabilidade em relação as DST.

As questões de gênero desempenham um papel relevante na saúde sexual e reprodutiva dos jovens. A falta de igualdade de gênero e o poder desigual nas relações afetam a capacidade dos jovens de exercer seus direitos reprodutivos, como o acesso à contracepção, a tomada de decisões sobre sua própria saúde sexual e a negociação do uso de preservativos. Neste sentido, os “[...] modelos de sociedade em que observamos o patriarcado e o machismo, as mulheres reivindicaram igualdade nos direitos políticos, econômicos, sociais até mesmo direito ao corpo e à sexualidade, que até então encontrava-se em uma posição de subordinação aos homens” (AMARAL, *et al.*, 2017, p. 63).

Portanto, é primordial abordar esses aspectos e buscar soluções que promovam a educação sexual abrangente, o acesso a métodos contraceptivos eficazes, o empoderamento dos jovens na tomada de decisões sobre sua saúde sexual e a promoção da igualdade de gênero. A promoção da saúde sexual e reprodutiva dos jovens não apenas melhora sua qualidade de vida, mas também contribui para o desenvolvimento social e econômico sustentável da sociedade como um todo.

Assim sendo, propomos algumas soluções para superar esses desafios, como a implementação de programas abrangentes de educação sexual, a ampliação do acesso a métodos contraceptivos, a criação de políticas públicas inclusivas e o fortalecimento da conscientização e empoderamento dos jovens. Dentre os desafios enfrentados, no sentido de abordar o tema em debate, temos o estigma social, a falta de acesso a serviço de saúde adequados, políticas restritivas e a questão religiosa. A seguir nos propomos a explorá-los com mais profundidade.

✓ Estigma social: A saúde sexual e reprodutiva, em algumas sociedades, ainda é visto de maneira preconceituosa. O tabu em torno do sexo e da contracepção pode dificultar a busca de informações e serviços pelos jovens, além de perpetuar a desinformação e os comportamentos de risco. É necessário combater o estigma e promover uma abordagem aberta e acolhedora para a saúde sexual e reprodutiva;

✓ Falta de acesso a serviços de saúde adequados: Muitos jovens enfrentam dificuldades no acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva de qualidade. Isso pode incluir a falta de clínicas especializadas, profissionais de saúde bem treinados e recursos adequados. É essencial garantir a disponibilidade de serviços acessíveis, confidenciais e abrangentes, que ofereçam aconselhamento, exames, contracepção e testagem de DSTs;

✓ Algumas políticas restritivas podem limitar o acesso dos jovens à informação e aos serviços relacionados à saúde sexual e reprodutiva. Restrições à educação sexual nas escolas, à distribuição de contraceptivos e ao acesso ao aborto seguro podem afetar negativamente a saúde dos jovens;

✓ Normas culturais e religiosas podem influenciar a abordagem da saúde sexual e reprodutiva dos jovens. Algumas comunidades podem ter crenças e práticas que restringem a discussão aberta sobre sexualidade, contracepção e direitos reprodutivos. É importante promover o diálogo intercultural e a conscientização sobre a importância da saúde sexual e reprodutiva, respeitando e valorizando a diversidade cultural.

No sentido de superar esses desafios, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2018, p. 18-19) propõe algumas orientações que devem ser consideradas na promoção de ações para educação em sexualidade, tais como:

✚ *Nas ações de educação sexual considerar as diferentes formas de vivência da sexualidade, incluindo as experimentações iniciais eróticas e autoeróticas como fatores relevantes na atenção à saúde sexual e à saúde reprodutiva de adolescentes;*

✚ *Orientar para o autocuidado e respeito pelo outro na construção de relações afetivas e sexuais mais solidárias abordando, reflexivamente, as experimentações de adolescentes nessas relações, incluindo a abordagem da orientação sexual, identidade sexual e identidade de gênero, assim como as questões culturais construídas nas relações de gênero;*

✚ *As informações e as ações educativas, fornecidas dentro do espaço da consulta e nos grupos, devem ser adequadas a cada subfaixa etária (10-14 e 15-19), escolaridade, diversidade regional, cultural, religiosa, racial e étnica, à orientação sexual e às identidades sexual e de gênero;*

✚ *Utilizar nas ações educativas, material específico que desperte o interesse dos homens adolescentes para cuidar da sua saúde, de sua(seu) companheira(o) e de seu(s) filho(s), quando houver;*

✚ *Orientar e esclarecer sobre todos os métodos contraceptivos disponíveis, inclusive os naturais, para que possam fazer escolhas livres e bem informadas, incluindo o respeito às suas concepções religiosas[...];*

✚ *Dentro do direito à saúde, em casos específicos onde uma possível gravidez possa se configurar como um risco à saúde da adolescente, a idade ginecológica (tempo pós-menarca) não deve ser fator limitante para a orientação e prescrição de métodos contraceptivos adequados;*

✚ *Orientar, esclarecer e apoiar adolescentes que têm relações homoafetivas e que desejam engravidar.*

Com efeito, além dessas orientações, no mesmo documento, Cuidando dos Adolescentes: Orientações Básicas para a Saúde Sexual e a Saúde Reprodutiva (BRASIL, 2018, p. 19, grifo nosso) encontramos sugestões do que fazer em relação ao tema:

❖ *O aconselhamento para as IST/aids constitui-se num processo de diálogo entre o profissional de saúde e o(a) adolescente acerca das vivências deste(a) em relação aos riscos de infecção pelas IST e HIV, do conhecimento já existente e das possibilidades de adoção de medidas preventivas [...].*

❖ *Prover informação, conforme a necessidade, e educação para a saúde sexual e a saúde reprodutiva, favorecendo que os e as adolescentes desenvolvam aptidões e conhecimentos para que possam decidir por atitudes saudáveis frente a sua vida sexual.*

❖ *Abordar os temas na educação em saúde, considerando as relações afetivas, as relações de gênero, a diversidade sexual e a vulnerabilidade presente nos contextos de vida dos e das adolescentes.*

❖ *Realizar ações visando à redução de danos para aqueles(as) que usam drogas, principalmente as injetáveis.*

❖ *Oferecer teste rápido e aconselhamento sobre sífilis e HIV/aids, como oportunidades de reforçar a prevenção entre adolescentes em geral e facilitar o atendimento preventivo, o tratamento e cuidados para aqueles e aquelas que se descubram com alguma IST ou vivendo com HIV.*

❖ *Realizar o diagnóstico e garantir o tratamento na Atenção Básica para as infecções sexualmente transmissíveis/IST levando em consideração a diversidade sexual, as práticas sexuais, a promoção do sexo seguro, entre outras questões, garantindo o atendimento pela atenção especializada quando necessário.*

❖ *Definir fluxos com atribuições e responsabilidades, passos e interrelações pessoais, identificando e caracterizando a rede de atenção à saúde a partir da Atenção Básica, para o cuidado integral às pessoas com IST, HIV/aids e hepatites virais.*

❖ *Dispensar atenção especial para os e as adolescentes que apresentam grande vulnerabilidade à infecção pelo HIV – que praticam sexo sem proteção; são usuários(as) de drogas injetáveis; estão envolvidos(as) no trabalho sexual, são gays e homens adolescentes que fazem sexo com outros homens.*

❖ *Desenvolver estratégias que envolvam os adolescentes para aumentar a cobertura vacinal da hepatite B para ambos os sexos.*

❖ *Ofertar a vacina do HPV para as adolescentes de 10 a 14 anos, 11 meses e 29 dias. Para os adolescentes de 11 a 14 anos, 11 meses e 29 dias.*

Essas propostas são apenas algumas das abordagens possíveis para superar os desafios enfrentados na abordagem dos temas relacionados à saúde sexual e reprodutiva dos jovens. É importante adaptar as estratégias às realidades locais e garantir a colaboração entre governos, organizações da sociedade civil, profissionais de saúde e comunidades para promover a saúde sexual e reprodutiva dos jovens de forma eficaz e abrangente.

5.1 Fim de papo

Neste estudo traçamos como objetivo abordar a saúde sexual e reprodutiva dos jovens, com enfoque na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, contracepção e direitos reprodutivos. Para tanto, contextualizamos o tema, definimos a idade do nosso público-alvo, discutimos os conceitos de saúde sexual e reprodutiva. Exploramos as principais consequências advindas das doenças sexualmente transmissíveis e elencamos alguns métodos contraceptivos e preventivos, apontando as vantagens e desvantagens de cada um.

Na discussão, encontramos os seguintes resultados: a falta de informações por parte dos adolescentes e a necessidade de formação docente sobre o tema, o fato da responsabilidade da prevenção ainda recair sob a figura feminina, fruto da nossa sociedade patricarcal e machista; e como a população LGBTQIAPN+ está no grupo de risco.

Em nossa pesquisa ficou evidente a necessidade de ampliar a discussão sobre o tema, que em razão de fatores como a religião e a organização social ainda se constituem como tabu. Nesse sentido, buscamos apresentar as ações que o Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) propões para superar esses desafios, e assim, divulgar essas informações para que cheguem ao maior número possível de pessoas.

Não era nossa intenção esgotar o assunto, desta forma identificamos algumas lacunas, as quais podem ser exploradas, em outras pesquisas, tais como: avaliação dos programas de educação sexual, barreiras de acesso à contracepção, abordagem dos direitos reprodutivos, saúde sexual e reprodutiva de grupos vulneráveis.

A educação sexual e reprodutiva se constitui um Direito Humano, portanto deveria ser acessível a todos, independente da raça, credo religioso, gênero, convicções políticas, idade ou condições sociais. A construção de uma sociedade equânime e igualitária perpassa, necessariamente, pelo direito à educação.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. C.; ASSUNÇÃO, M. M. S. DE. DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS DAS MULHERES. Pretextos - **Revista da Graduação em Psicologia** da PUC Minas, v. 5, n. 10, p. 250-270, 12 mar. 2021.

AMARAL, A. M. S.; SANTOS, D.; PAES, H. C. da S.; DANTAS, I. dos S.; SANTOS, D. S. S. dos. Adolescência, gênero e sexualidade: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Contemporânea**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 62–67, 2017. DOI: 10.17267/2317-3378rec.v6i1.1114. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/1114>. Acesso em: 3 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Cuidando de Adolescentes: orientações básicas para a saúde sexual e a saúde reprodutiva** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção em Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual**. V. 10.5. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BRÊTAS, J. R. DA S. et al. Aspectos da sexualidade na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3221–3228, jul. 2011.

BRITTOS, E. S.; SANTOS, A. B. DOS; GAGLIOTTO, G. M. Educação sexual adolescer e a intervenção necessária junto aos adolescentes no espaço escolar. Edição Atual - **Anais [...]** do Simpósio Internacional de Educação Sexual. vol. 3, n. 1. Maringá: UEM, 2013. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.sies.uem.br/anais/pdf/educacao_sexual_escolar/4-08.pdf. Acesso em: 2 jul. 2023.

CASSTUFRRJ. Métodos Contraceptivos, 2023. Coordenação de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho (CASST) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://institucional.ufrj.br/casst/files/2021/02/M%C3%A9todos-contraceptivos.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

FLOR, Tainá De Oliveira et al.. **Revisões de literatura como métodos de pesquisa: aproximações e divergências**. Anais do VI CONAPESC... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/76913>>. Acesso em: 02/07/2023 10:33

FONSECA, Thaisa da Silva; NEGREIROS, Fauston. Como elaborar uma pesquisa em Psicologia Escolar fundamentada no Método Histórico-Cultural? *In: Psicologia e educação: conexões Brasil - Portugal* (Org.) NEGREIROS, Fauston; CARSDOSO, Jorge Rio. Teresina - PI: EDUFPI, 2019. pp. 460-483.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **A pesquisa qualitativa de abordagem histórico-cultural: fundamentos e estratégias metodológicas**. [Minicurso]. 30ª Reunião Anual da Anped, Caxambu. 2007. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/minicursos/ementa%20do%20minicurso%20do%20gt20%20.pdf>. Acesso em : 17 mar. 2023.

INACIO, E. DE O.; FONSECA, L. C. DA S. Direitos reprodutivos e a esterilização definitiva o planejamento familiar centralizado na figura feminina. v. 1 n. 1, 2018, **Anais [...]** do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22954>. Acesso em: 03 jul. 2023.

LIONÇO, T. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 11–21, abr. 2008.

LOURENÇO, T. **Infecções sexualmente transmissíveis entre jovens preocupam especialista**. Jornal da USP, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=401673>. Acesso em: 02 jul. 2023.

MORAES, S. P. DE .; VITALLE, M. S. DE S. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência: interações ONU-Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2523–2531, ago. 2015.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. DE M. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 2, p. 227–234, abr. 2010.

SILVA, A. F. DA; CARVALHO FILHO, J. I. DE; QUEIROGA, T. S. DE; SOUZA, R. C. M.; BARBOSA, B. R.; SILVA, L. S. R. DA. Comportamento sexual de risco em adolescentes LGBTQIAPN+: Uma revisão integrativa. **Saúde Coletiva (Barueri)**, [S. l.], v. 12, n. 82, p. 11900–11915, 2022. DOI: 10.36489/saudecoletiva.2022v12i82p11900-11915. Disponível em: <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/2928>. Acesso em: 2 jul. 2023.

SILVA, I. O.; SIQUEIRA, V. H. F.; ROCHA, G. W. F. Educação Sexual e gravidez de adolescentes: significados construídos por docentes do curso de formação de professores em uma escola pública do Rio de Janeiro. **Rev Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, 2009; 8(1):216-231. Disponível

em: chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclefindmkaj/http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen8/ART12_Vol8_N1.pdf. Acesso em: 2 jul. 2023.

SOUSA, M. A.; MENEZES, L. L.; RODRIGUES, E. W. V.; ANDRADE, G. N. DE; PEREIRA, C. A.; MALTA, D. C.; FELISBINO-MENDES, M. S. . Prevalência de indicadores de saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes brasileiros: Análise comparativa da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015 e 2019 . **REME-Revista Mineira de Enfermagem**, [S. l.], v. 26, 2022. DOI: 10.35699/2316-9389.2022.38392. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reme/article/view/38392>. Acesso em: 2 jul. 2023.

TAQUETTE, S. R.; VILHENA, M. M. DE .; PAULA, M. C. DE . **Doenças sexualmente transmissíveis na adolescência**: estudo de fatores de risco. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, v. 37, n. 3, p. 210–214, maio 2004.

CAPÍTULO 06

ATIVISMO JUVENIL: EXEMPLOS INSPIRADORES DE JOVENS ATIVISTAS QUE LUTAM PELOS DIREITOS E INCLUSÃO DAS DIVERSAS IDENTIDADES DE GÊNERO E ORIENTAÇÕES SEXUAIS

Tiago Fernando Hansel

<https://orcid.org/0000-0002-9160-842X>

Ademar Alves dos Santos

<https://orcid.org/0000-0002-1552-235X>

Cristiane Pereira Lima

<https://orcid.org/0000-0001-8370-6575>

Maicol Wendrell Barbosa Barros

<https://orcid.org/0009-0002-8631-7713>

Késia Maria Costa

<https://orcid.org/0009-0001-6163-0116>

Mônica Aparecida Dias Silva

<https://orcid.org/0009-0006-2597-2131>

Lívia Barbosa Pacheco Souza

<https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>

6. INTRODUÇÃO

As juventudes têm desempenhado um papel crucial na promoção da igualdade e inclusão das diversas identidades de gênero e orientações sexuais, tornando-se protagonistas do ativismo social. No contexto atual, a busca por direitos e a luta contra a discriminação têm sido pautas cada vez mais relevantes. Jovens ativistas têm se levantado, usando sua voz e influência para combater estereótipos, preconceitos e promover mudanças significativas na sociedade.

O objetivo deste capítulo é explorar o ativismo juvenil no que se refere à luta pelos direitos e à inclusão das diversas identidades de gênero e orientações sexuais. Serão apresentados exemplos inspiradores de jovens ativistas que têm se destacado nessa agenda, discutindo suas conquistas, estratégias e os

desafios que enfrentam. Além disso, serão analisados os impactos do ativismo juvenil na conscientização da sociedade e nas transformações institucionais.

O texto está dividido da seguinte forma: será feita uma definição do ativismo juvenil, contextualizando sua importância no cenário contemporâneo. Em seguida, será abordada a relevância dos direitos e inclusão das diversas identidades de gênero e orientações sexuais, discutindo-se a necessidade de igualdade e respeito à diversidade. Posteriormente, serão apresentados exemplos de jovens ativistas inspiradores, descrevendo suas realizações e estratégias.

Serão discutidos também os desafios enfrentados pelos jovens ativistas em sua jornada, bem como possíveis estratégias para superá-los. Por fim, será analisado o impacto do ativismo juvenil, destacando-se as mudanças efetuadas pela conscientização e engajamento desses jovens.

6.1 O ativismo juvenil

O ativismo juvenil pode ser definido como a participação e o engajamento ativo de jovens em questões sociais, políticas e culturais, buscando promover mudanças na sociedade e lutar por causas que consideram importantes. Os jovens ativistas se mobilizam em busca de igualdade, justiça social e respeito aos direitos humanos, incluindo a defesa das diversas identidades de gênero e orientações sexuais.

6.2 Contextualização do ativismo juvenil e sua importância

O ativismo juvenil desempenha um papel fundamental na sociedade contemporânea, trazendo uma nova perspectiva para as discussões e impulsionando transformações sociais significativas. Os jovens são agentes de mudança, trazendo energia, criatividade e uma visão progressista para as lutas sociais.

No contexto das identidades de gênero e orientações sexuais, o ativismo juvenil é especialmente relevante. Os jovens estão se envolvendo cada vez mais nessas causas devido a diversos fatores. Primeiramente, as gerações mais jovens estão crescendo em uma época de maior abertura e discussão sobre a

diversidade de gênero e sexualidade, o que gera uma maior conscientização e sensibilidade para essas questões.

Além disso, os jovens estão experimentando de forma mais intensa as consequências das normas sociais restritivas e da discriminação relacionada às identidades de gênero e orientações sexuais não normativas. Eles veem em seu cotidiano a necessidade de mudanças e sentem o impacto direto dessas questões em suas próprias vidas ou na vida de pessoas próximas.

A tecnologia e as redes sociais também contribuem significativamente no envolvimento dos jovens ativistas. Através dessas plataformas, eles podem se conectar, compartilhar informações, mobilizar e ampliar suas vozes, alcançando um público cada vez maior e promovendo mudanças em escala global (RIOS; PEREIRA, 2014).

Em suma, o ativismo juvenil relacionado às identidades de gênero e orientações sexuais tem desenvolvido um papel essencial no impulsionamento de avanços na luta por igualdade, inclusão e respeito, pois os jovens trazem novas e questionadoras perspectivas para as discussões destas temáticas, podendo influenciar a sociedade e contribuir para uma transformação social.

6.3 Importância dos direitos e inclusão das diversas identidades de gênero e orientações sexuais

A necessidade de garantir direitos igualitários para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual é uma questão fundamental para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A luta por esses direitos é essencial para o combate à discriminação, ao preconceito e às desigualdades enfrentadas por indivíduos que não apresentam identidades de gênero e orientações sexuais (PEREIRA, 2017).

A diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais é uma realidade da experiência humana. Cada pessoa tem o direito de ser reconhecida e respeitada sem sofrer discriminação ou violência. Negar esses direitos implica em uma violação dos princípios fundamentais de igualdade e dignidade humana.

A inclusão e aceitação das diversidades de gênero e sexualidade na sociedade trazem impactos positivos para todos, pois quando todas as pessoas são tratadas com igualdade e têm seus direitos respeitados, cria-se um ambiente

de respeito mútuo, fortalecendo os laços sociais e promovendo a coesão e a paz (PEREIRA, 2017). Além disso, a inclusão também proporciona benefícios individuais, permitindo que as pessoas vivam suas vidas de forma autêntica, expressando-se plenamente sem medo de discriminação ou rejeição. Assim, a aceitação da diversidade de gênero e orientações sexuais contribui para a saúde mental e bem-estar das pessoas LGBTQIAPN+ e de todas as pessoas envolvidas, promovendo um senso de pertencimento e aumentando a autoestima.

Por fim, a inclusão das diversas identidades de gênero e orientações sexuais no âmbito legal e institucional pode garantir o acesso igualitário a serviços e benefícios sociais, bem como a promoção da representatividade política e da participação social dessas pessoas.

6.4 Exemplos inspiradores de jovens ativistas

Existem muitos jovens ativistas ao redor do mundo que estão desempenhando um papel significativo na luta pelos direitos e inclusão das diversas identidades de gênero e orientações sexuais nas sociedades. De acordo com Farias (2018) alguns exemplos inspiradores de jovens ativistas e suas realizações são:

Jazz Jennings (Estados Unidos): Jazz Jennings é uma ativista transgênero que ganhou destaque desde muito jovem. Ela compartilhou sua jornada de transição de gênero por meio de um documentário e um livro, ampliando a conscientização sobre a realidade, experiências e os desafios enfrentados pelas pessoas trans. Jennings também é cofundadora da *TransKids Purple Rainbow Foundation* que oferece suporte psicológico e recursos para jovens transgêneros e suas famílias.

Por meio de seu exemplo e do trabalho desenvolvido na *TransKids Purple Rainbow Foundation*, Jennings tem desempenhado um papel significativo na promoção da aceitação das pessoas trans, assim como na criação de um ambiente mais inclusivo para essa comunidade.

O projeto de Jazz Jennings é inspirador, pois destaca o poder do ativismo individual na luta pelos direitos e pela visibilidade das diversas identidades de gênero. Sua coragem em compartilhar sua própria história e em defender os

direitos dos outros demonstra o impacto positivo que os jovens ativistas podem ter na sociedade ao desafiar normas e estereótipos prejudiciais.

Amika George (Reino Unido): Amika George é uma jovem ativista que liderou a campanha "*Free Periods*" (Períodos Livres), buscando combater a pobreza menstrual e a falta de acesso a produtos de higiene íntima feminina. Sua campanha foi direcionada ao governo britânico, buscando garantir o fornecimento gratuito de produtos menstruais para estudantes de escolas secundárias e faculdades.

Através de mobilização social, da criação de petições *online* e de protestos nas ruas, George pressionou as autoridades e conseguiu lograr êxito em seus objetivos. Seu projeto ilustra a importância do ativismo jovem na busca por justiça social e igualdade. Sua campanha bem-sucedida é um exemplo inspirador de como a ação coletiva pode levar a mudanças significativas nas políticas governamentais e na conscientização pública sobre questões cruciais de saúde e igualdade de gênero.

Ryan Fecteau (Estados Unidos): Ryan Fecteau é um político americano que aos 28 anos se tornou o mais jovem presidente da Câmara dos Representantes do Maine. Fecteau é declaradamente gay e tem sido um defensor dos direitos LGBTQIAPN+, trabalhando em sua legislatura para a aprovação de leis contra a discriminação e pela promoção da igualdade.

O projeto de Ryan Fecteau demonstra o poder do ativismo político na promoção da igualdade e na defesa dos direitos das comunidades marginalizadas. Sua liderança na presidência da Câmara dos Representantes do Maine e seu compromisso com a causa LGBTQIAPN+ são inspiradores e exemplificam a importância da representatividade e do ativismo dentro das esferas políticas para que se promovam mudanças significativas na sociedade.

Clara Tannuri Lopes (Brasil): Clara Tannuri Lopes é uma jovem ativista brasileira que co-fundou o coletivo "Põe na Roda", que utiliza a internet e as redes sociais para promover a conscientização sobre diversidade sexual e combater o preconceito.

O coletivo "Põe na Roda" tem como objetivo principal produzir vídeos e conteúdos informativos e bem-humorados sobre questões relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+. Através dessas criações, eles abordam temas como identidade de gênero, orientação sexual, direitos LGBTQIAPN+ e questões

sociais, com o intuito de gerar reflexão, promover a tolerância e desconstruir estereótipos prejudiciais.

Clara Tannuri Lopes e o coletivo "Põe na Roda" demonstram como a criatividade e o uso eficaz das mídias sociais podem ser ferramentas poderosas para disseminar mensagens de inclusão e conscientização. Seu trabalho contribui para a promoção do diálogo, da educação e do combate à discriminação em relação à diversidade sexual.

Esses são apenas alguns exemplos, mas existem inúmeros jovens ativistas ao redor do mundo que estão fazendo a diferença. Esses jovens utilizam diferentes estratégias, como uso das redes sociais, campanhas de conscientização, mobilização comunitária e atuação política, para promover a igualdade e inclusão das diversas identidades de gênero e orientações sexuais.

Seus projetos e realizações têm impactado a sociedade, despertando debates, promovido mudanças de mentalidade e influenciado a implementação de políticas inclusivas. Esses jovens ativistas inspiram outros jovens a se engajarem e se tornarem agentes de mudança em suas próprias comunidades, fortalecendo a luta pelos direitos humanos e a pela diversidade.

6.5 Desafios enfrentados pelos jovens ativistas

Os jovens ativistas enfrentam uma série de desafios em suas jornadas na luta pelos direitos e pela inclusão das diversas identidades de gênero e orientações sexuais. Alguns dos desafios mais comuns, de acordo com Almeida (2013), incluem:

Estigma e discriminação: O ativismo em questões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade muitas vezes enfrenta resistência e hostilidade. Jovens ativistas podem enfrentar estigmatização, discriminação e até mesmo ameaças à sua segurança pessoal.

Falta de recursos: Muitos jovens ativistas enfrentam restrições financeiras e falta de acesso a recursos para apoiar suas iniciativas. Eles podem ter dificuldades em financiar projetos, participar de eventos e obter apoio institucional.

Sobrecarga emocional: O ativismo pode ser emocionalmente desgastante, especialmente em se tratando de questões pessoais e

profundamente enraizadas, como identidade de gênero e orientação sexual. Os jovens ativistas podem enfrentar exaustão emocional e necessitam de apoio adequado para cuidar de sua saúde mental.

Resistência institucional: Muitas vezes os jovens ativistas encontram resistência e burocracia em instituições governamentais e outras organizações. A falta de vontade política e a inércia institucional podem dificultar a implementação de mudanças e políticas inclusivas.

6.6 Estratégias para superar obstáculos

De acordo com Guimarães (2002), para superar os desafios enfrentados os jovens ativistas podem adotar algumas estratégias:

Fortalecer redes de apoio: Os jovens ativistas devem buscar construir redes de apoio, tanto dentro como fora de suas comunidades. Isso pode envolver a colaboração com organizações e grupos afins, além de buscar orientação e mentorias com pessoas experientes no ativismo.

Educação e conscientização: É essencial investir na educação e conscientização das pessoas em geral sobre as questões relacionadas às diversas identidades de gênero e orientações sexuais. A promoção de campanhas educativas, palestras, *workshops* e divulgação de informações em redes sociais configuram-se como boas estratégias para o alcance deste objetivo.

Alianças estratégicas: Os jovens ativistas podem buscar alianças com outros grupos e movimentos sociais para fortalecer sua causa. A união a outros ativistas e movimentos progressistas possibilita o compartilhamento de recursos, a ampliação do impacto das ações e um maior alcance de representatividade política.

Capacitação e desenvolvimento de habilidades: Investir em capacitação e desenvolvimento de habilidades é fundamental para que os jovens ativistas possam enfrentar os desafios com mais eficácia. Isso pode incluir treinamentos em liderança, comunicação, *advocacy*⁷ político e gestão de projetos.

⁷ *Advocacy* - é a utilização do poder e do status para se comunicar melhor e conquistar os objetivos pretendidos (www.ipea.gov.br/acaosocial).

Autocuidado e apoio emocional: É importante que os jovens ativistas cuidem de sua saúde mental e emocional. Isso envolve buscar apoio emocional, criar momentos de autocuidado e estabelecer limites saudáveis para evitar a sobrecarga.

Mobilização política: Os jovens ativistas podem envolver-se em *advocacy* político, pressionando governos e instituições para a implementação de políticas inclusivas. Isso pode incluir a participação em manifestações, petições, reuniões com representantes políticos e engajamento em processos de formulação de políticas.

Ao adotar essas estratégias, os jovens ativistas têm a possibilidade de enfrentar os desafios com maior resiliência e efetividade, avançando em suas causas e promovendo mudanças significativas na luta pelos direitos e inclusão das diversas identidades de gênero e orientações sexuais.

6.7 Impacto do ativismo juvenil

O ativismo juvenil tem um impacto significativo na conscientização da sociedade e nas mudanças institucionais. A participação ativa dos jovens nas questões relacionadas às diversas identidades de gênero e orientações sexuais tem impulsionado transformações sociais, promovendo a igualdade e a inclusão. De acordo com Gomes (2014), algumas das formas pelas quais o ativismo juvenil tem impactado positivamente, são:

Conscientização e mudança de mentalidade: O ativismo juvenil tem o poder de despertar a conscientização e o diálogo sobre as questões de gênero e sexualidade. Ao promover debates, compartilhar histórias pessoais e disseminar informações, os jovens ativistas contribuem para a mudança de mentalidade, desafiando estereótipos e preconceitos arraigados.

Mobilização e engajamento comunitário: O ativismo juvenil envolve a mobilização da comunidade, incentivando outros jovens e membros da sociedade a se envolverem e se manifestarem. Essa mobilização fortalece o movimento, aumenta a conscientização e amplia o impacto das ações.

Mudanças institucionais e legislativas: O ativismo juvenil tem sido fundamental na conquista de mudanças institucionais e legislativas. A pressão exercida pelos jovens ativistas levou a avanços na legislação em muitos países,

incluindo leis contra a discriminação, reconhecimento legal de identidades de gênero diversas e a implementação de políticas inclusivas em escolas e instituições.

Maior visibilidade e representatividade: O ativismo juvenil tem ajudado a aumentar a visibilidade e a representatividade das diversas identidades de gênero e orientações sexuais na mídia, na política e na sociedade em geral. Através de suas vozes e ações, os jovens ativistas estão promovendo uma cultura de inclusão e representação, dando esperança e inspirando outros jovens a se expressarem autenticamente.

6.8 Exemplos de conquistas alcançadas graças ao ativismo juvenil

Há várias conquistas alcançadas graças ao ativismo juvenil em relação às diversas identidades de gênero e orientações sexuais. Conforme Oliveira (2019), alguns exemplos notáveis incluem:

Legalização do casamento igualitário: O ativismo juvenil desempenhou um papel fundamental na conquista da legalização do casamento igualitário em muitos países ao redor do mundo. Jovens ativistas pressionaram governos, mobilizaram campanhas e lutaram pela igualdade de direitos para casais do mesmo sexo.

Avanços nos direitos transgênero: Os esforços de jovens ativistas levaram a conquistas significativas com relação aos direitos das pessoas transgênero como o reconhecimento legal de identidades de gênero diversas, o acesso aos cuidados de saúde adequados, a proteção contra discriminação e a possibilidade de retificação de documentos legais que refletem a identidade de gênero.

Promoção de políticas inclusivas nas escolas: Jovens ativistas têm trabalhado para promover políticas inclusivas nas escolas, visando criar ambientes seguros e acolhedores para estudantes LGBTQIAPN+. Essas políticas abrangem educação inclusiva, medidas de prevenção e combate ao *bullying* e apoio psicossocial para jovens LGBTQIAPN+.

Aumento da visibilidade e aceitação: O ativismo juvenil tem contribuído para o aumento da visibilidade e aceitação das diversas identidades de gênero e orientações sexuais na sociedade. Por meio de campanhas, eventos e ações

nas redes sociais, jovens ativistas estão quebrando estigmas, desafiando preconceitos e promovendo uma cultura de aceitação e respeito.

Esses exemplos ilustram o impacto transformador do ativismo juvenil. Ao se unirem, organizarem-se e defenderem seus direitos, os jovens ativistas têm contribuído para mudanças significativas na sociedade, promovendo a inclusão, a igualdade e a diversidade.

6.9 CONSIDERAÇÕES

Neste texto, exploramos a temática do ativismo juvenil na luta pelos direitos e inclusão das diversas identidades de gênero e orientações sexuais. Discutimos a importância desse ativismo no contexto atual, destacando a necessidade de garantir direitos iguais para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Ao longo do texto, abordamos a contextualização do ativismo juvenil, os motivos pelos quais os jovens estão se envolvendo nessas causas e os desafios que enfrentam em suas jornadas de ativismo. Também apresentamos exemplos inspiradores de jovens ativistas e suas conquistas na promoção da igualdade e inclusão.

Foi enfatizado o impacto do ativismo juvenil na conscientização da sociedade e nas mudanças institucionais, ressaltando que essas ações têm contribuído para uma maior visibilidade, aceitação e representatividade das diversas identidades de gênero e orientações sexuais. Além disso, destacamos a importância do ativismo juvenil como agente de transformação social e promotora da cultura da igualdade e diversidade.

Portanto, é fundamental incentivar a continuidade desse movimento transformador. Encorajamos os jovens a se engajarem, acreditarem em seu potencial e a lutarem pelos direitos e inclusão das diversas identidades de gênero e orientações sexuais.

Que cada conquista alcançada pelos jovens ativistas inspire outros a se juntarem a essa luta e que a sociedade como um todo reconheça e valorize a importância do ativismo juvenil na construção de um futuro mais inclusivo e diverso. Juntos, podemos criar um mundo onde todos possam viver plenamente, com igualdade de direitos e respeito às suas identidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. **A escola como espaço de resistência: desafios e possibilidades para a promoção da igualdade de gênero e sexualidade.** São Paulo: Annablume, 2013.

FARIAS, N.. **Jovens LGBT+: afetos, identidades e políticas da diferença.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2018.

GOMES, N. F. O ativismo em favor dos direitos humanos e da diversidade sexual no Brasil. In: MOURA, E. B. B.; AGUIAR, A. S. D. (Org.). **Direitos Humanos e Diversidade Sexual.** Campinas: Alínea, 2014.

GUIMARÃES, A. S. A. **A construção da igualdade: identidade nacional e identidade étnica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACHADO, L. Z. **O ativismo judicial na efetivação dos direitos LGBT no Brasil.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

OLIVEIRA, J. F. **Transexualidades e travestilidades: corpo, identidade, resistência.** São Paulo: Letramento, 2019.

PEREIRA, P. P. G. **Movimento estudantil e lutas identitárias: uma análise das ocupações escolares no Brasil.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2017.

RIOS, F.; PEREIRA, P. P. G. **Educação e diversidade: reflexões e experiências de práticas pedagógicas.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

Agência Brasileira ISBN
ISBN: 978-65-84610-40-8